


RELATÓRIO ANUAL 2012





- 
- 02 Apresentação
 - 03 Mensagem aos participantes
 - 04 Uma estratégia que dá resultados
 - 07 O fortalecimento institucional e a nova estrutura da Petros
 - 09 Relacionamento mais próximo com o participante
 - 12 Perfil dos participantes
 - 14 Resultados da Petros em 2012

Apresentação

O *Relatório Anual de Informações 2012* destaca o fortalecimento institucional da Petros como entidade líder no multipatrocinio, consolidando o seu pioneirismo no mercado brasileiro de previdência complementar.

Nas páginas seguintes, apresentamos os principais resultados da estratégia de investimentos adotada, das ações de transformação organizacional e do relacionamento com os participantes que garantiram resultados expressivos no decorrer de 2012 e trarão ainda mais retorno nos próximos anos.

Como na edição anterior do relatório anual, as realizações mais significativas da Petros e os principais números da Fundação nas áreas de investimentos e de seguridade estão dispostos no formato impresso, obedecendo uma linha editorial que prima pela clareza e objetividade das informações.

Os resultados dos planos de benefícios estão encartados ao final da publicação, no formato de um CD digital. Nesta mídia, a Petros apresenta seu Balanço Social, seguindo o modelo Ibase, com informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais da Fundação dirigidas aos seus empregados, participantes, patrocinadores e instituidores.

Nesta edição, inovamos com a apresentação do conteúdo de todo o *Relatório Anual de Informações 2012* em um formato de hot site, disponível no portal da Petros. Desta forma, o participante pode acessar a publicação na internet e, com isso, a Fundação racionaliza custos com produção gráfica e distribuição e reforça suas ações de responsabilidade socioambiental.

Ao prestar contas de sua atuação, a Petros demonstra seu compromisso com uma gestão transparente e comprometida, ressaltando os esforços empreendidos por toda a gestão para aumentar a satisfação do participante e assegurar a perenidade da Fundação.

Esperamos que a leitura desta publicação fomente a aproximação do participante com a Petros e que o seu conteúdo atenda às suas expectativas de dados e informações pertinentes ao seu plano de previdência complementar.

Boa leitura!



Mensagem aos Participantes

O ano de 2012 foi marcado por mudanças no cenário econômico mundial e no próprio país. A Petros demonstrou experiência e segurança ao alcançar um bom desempenho na rentabilidade dos investimentos dos planos de benefícios que administra.

Para lidar com um ambiente em constantes mudanças, nos últimos anos a Fundação apoiou-se em uma estratégia de diversificação da carteira de investimentos. Com a segmentação em vários tipos de ativos, com perfil de risco e de retorno diferenciados, a média da rentabilidade das carteiras atingiu 15,66% no ano passado. No mesmo período, o patrimônio de investimentos sob gestão da Petros cresceu R\$ 8,7 bilhões, fechando o exercício em R\$ 66,6 bilhões.

Neste cenário, merece destaque o segmento de títulos públicos, que registrou a melhor rentabilidade da carteira de renda fixa em 2012. A carteira de imóveis também teve uma rentabilidade expressiva, desempenho que ajudou a alavancar os resultados da Petros. No segmento de renda variável, a opção estratégica dos gestores foi ampliar a participação em grandes empresas nos setores de consumo, serviços, tecnologia da informação e infraestrutura, entre outros.

Para o maior plano da Fundação, o Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), a rentabilidade foi de 17,03%. Esse é um resultado bastante positivo, que supera em quase cinco pontos percentuais a meta atuarial, que encerrou 2012 em 12,19%. O segundo maior plano da Fundação, o Plano Petros-2 (PP-2), também teve uma performance positiva, com rentabilidade de 10,41%, o que o posiciona entre os líderes de mercado.

A Petros avançou muito no aperfeiçoamento de sua estrutura de governança e gestão com significativas mudanças em sua administração, como previsto no Planejamento Estratégico 2012/2016. A nova estrutura organizacional alterou a configuração de algumas gerências e criou novas áreas, no intuito de aprimorar a gestão da Diretoria Executiva.

Merecem destaque ainda a atualização da política de gestão integrada de pessoas, a otimização dos processos e a racionalização dos custos administrativos. Esse trabalho rendeu bons resultados e alinhou a Fundação ao desafio

de buscar a melhor rentabilidade para o patrimônio de investimentos e de ampliar a qualidade dos serviços prestados aos seus participantes.

Na área de Segurança, o Planejamento Estratégico teve seu foco voltado ao aperfeiçoamento do processo de concessão de benefícios, visando a agilizar e a facilitar o acesso à aposentadoria dos participantes. Isso se refletiu no grau de satisfação dos participantes, aposentados e pensionistas, que manteve-se em um patamar elevado, de 86%, segundo os resultados de uma ampla pesquisa realizada recentemente.

A Petros está investindo em um alicerce de bases sólidas para o seu futuro, aproveitando as boas oportunidades e se preparando para lidar com os cenários que se desenham para a consolidação de sua perenidade. A experiência dos últimos anos assegura a robustez da instituição, que segue fiel à sua Missão e Visão, permanentemente focada na qualidade do relacionamento com os participantes.

Aproveitamos para agradecer aos nossos empregados, aos parceiros de negócios e aos diversos públicos de relacionamento da Fundação, que têm sido fundamentais para o constante crescimento e a consolidação da Petros.

Diretoria Executiva

Uma estratégia que dá resultados

Em um ano marcado por uma conjuntura internacional em crise e a constante redução na taxa básica de juros, a Petros alcançou bons resultados nos seus investimentos. A rentabilidade média das carteiras de investimento fechou 2012 em 15,66%, enquanto a meta atuarial atingiu 12,19%. O patrimônio de ativos cresceu R\$ 8,7 bilhões em comparação com 2011, alcançando o volume total de R\$ 66,6 bilhões. A Fundação fechou dezembro com 48 planos, que atendem a 151 empresas patrocinadoras e entidades instituidoras. O número de participantes cresceu de 150.744 para 155.769.

Estes são os resultados que garantem a perenidade da Fundação e a solidez de seu patrimônio, frutos colhidos da estratégia de diversificação de investimentos iniciada em 2008.

Sempre olhando para o longo prazo, a Petros distribuiu sua carteira em diversos segmentos, com o objetivo de reduzir possíveis impactos dos riscos do mercado e maximizar o retorno dos investimentos.

Em 2012, a renda fixa registrou rentabilidade de 24,73%. Na carteira de imóveis, o crescente investimento de recursos neste segmento e a reavaliação dos ativos garantiram rentabilidade de 19,05% no ano. Em seguida, vieram as operações com os participantes – conhecidas como empréstimos –, com retorno de 14,39%. Apesar do período difícil na bolsa de valores, os investimentos em renda variável tiveram desempenho satisfatório, com destaque para a valorização dos papéis da Invepar (33,78%) e das ações da BRF (16,34%).

Patrimônio de investimentos	R\$ 66,6 bilhões
Composição da carteira de investimentos	
Renda fixa	49,51%
Renda variável	36,98%
Investimentos estruturados	6,23%
Imóveis	4,50%
Operações com participantes	2,78%
Rentabilidade anual	15,66%
Meta atuarial (IPCA + 6%)	12,19%
Participantes	
Ativos	99.038
Assistidos	56.731
Planos	
Benefício Definido (BD)	6 planos
Planos fechados para novas inscrições	11 empresas patrocinadoras
Contribuição Definida (CD)	21 planos 42 empresas patrocinadoras
Contribuição Variável (CV)	3 planos 19 empresas patrocinadoras
Instituídos	18 planos 79 empresas, entidades de classe ou associações
Total de planos	48
Total de empresas e entidades	151*

(*) Nesse número constam todas as empresas e entidades para as quais a Petros administra planos de previdência, sendo que algumas delas têm mais de um plano.

O caminho certo

A acertada estratégia de diversificação dos investimentos ao longo dos últimos anos possibilitou um sólido crescimento do patrimônio da Petros, que passou de R\$ 38 bilhões em 2007 para R\$ 66,6 bilhões em 2012. Nessa linha de atuação, a Fundação estuda alternativas para diversificar ainda mais a carteira de investimentos dos planos que administra, conforme o perfil de participantes de cada um, a capacidade de rentabilidade dos segmentos disponíveis no mercado e a maturidade dos planos de benefício.

A Fundação pretende aumentar seus investimentos em infraestrutura, setor em que há grande demanda de recursos para promover o desenvolvimento do país. Em 2012, a Petros entrou no setor aeroportuário, como acionista do consórcio Invepar/ACSA, que ganhou a disputa de concessão da administração do Aeroporto Internacional de Guarulhos, na Grande São Paulo. Os setores de petróleo e gás, energia elétrica e alimentos também são vistos com boas perspectivas pela Fundação.

Um plano com porte de veterano

Em julho de 2012, o Plano Petros-2 completou cinco anos. O plano fechou o ano com ativos de R\$ 4,86 bilhões, consolidando-se como o segundo maior plano de benefícios administrado pela Petros. Como o Plano Petros do Sistema Petrobras está fechado para novas adesões e considerando as perspectivas de crescimento da Petrobras, o PP-2 caminha para se tornar o maior plano administrado pela Fundação.

O plano, que já nasceu grande, com 23 mil inscritos vindos das patrocinadoras Petrobras, Petroquímica, BR Distribuidora, Refap e Petros, quase dobrou de tamanho. No ano passado, outras três subsidiárias passaram a oferecer-lo a seus em-

pregados: a Transpetro, a Petrobras Biocombustível e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG).

Ter a maioria dos participantes na ativa e baixa despesa previdenciária com pagamentos de benefícios favorecem a aplicação de recursos do PP-2 em ativos de longo prazo. Em contrapartida, a Petros reconhece a responsabilidade que tem de diversificar esses investimentos e obter retornos vantajosos para garantir a rentabilidade e os futuros pagamentos de benefícios.

Novas patrocinadoras, mais resultados

Planos administrados pela Petros ganharam novas patrocinadoras em 2012. A Barra Energia Petróleo e Gás aderiu ao IBPprev Associados, e a Companhia Paraibana de Gás (PBGÁS) tornou-se patrocinadora do Plano GasPrev. As novas adesões de empresas do setor de energia consolidam a participação da Fundação em mercados com grandes perspectivas de crescimento nos próximos anos.

Outra nova patrocinadora veio por meio da entrada da empresa TAP M&E Brasil, do setor aéreo. O antigo plano de previdência da companhia, que era administrado pelo Aerus, teve seus recursos transferidos para a Petros mediante a criação do plano TAPMEprev. Com patrimônio de aproximadamente R\$ 200 milhões, o plano conta com mais de 650 assistidos e cerca de 2 mil participantes ativos que contribuem mensalmente.

O processo de transferência de gestão de um plano de benefício serviu de grande aprendizado. Após o sucesso da operação, a Petros consolidou experiência que permitirá buscar novas oportunidades, mostrando às empresas a vantagem de ter a Fundação como gestora de seus planos de previdência complementar.

Planos do Sistema Petrobras

As carteiras de investimentos dos planos do Sistema Petrobras registraram bom desempenho em 2012. O Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP) alcançou rentabilidade de 17,03%, índice quase cinco pontos percentuais acima do resultado da meta atuarial de 12,19% apurado no ano.

A experiência adquirida na diversificação de investimentos no PPSP contribuiu para o sucesso do Plano Petros-2 (PP-2). Suas carteiras alcançaram 10,41% de rentabilidade média. Na renda fixa, os ativos atingiram 9,81%, índice superior ao CDI (8,40%). Já as aplicações em renda variável registraram 15,49%, também superior aos 9,87% do IBX-50.



Repactuação e adesão às novas regras

Os participantes, aposentados e pensionistas do PPSP ganharam, em meados de 2012, uma nova oportunidade de repactuação e de, assim, aderir às novas regras de reajuste do benefício. Encerrado em outubro, o processo teve adesão de 2.647 participantes e assistidos: 1.227 aposentados, 1.260 pensionistas, 158 empregados da ativa e 2 em auxílio-doença. Considerando as campanhas feitas em 2006 e 2007, mais de 75% dos participantes e assistidos aderiram à proposta.

Empréstimos aos participantes

Rentáveis e com baixo risco, os empréstimos têm recebido especial atenção nos planos que dispõem dessa modalidade de investimento em suas carteiras. Em julho, a Diretoria Executiva aprovou mudanças nas regras de concessão, possibilitando aos participantes um maior acesso ao crédito, com taxas mais vantajosas do que as oferecidas no mercado.

Participantes e assistidos do PPSP e do PP-2 com idade até 80 anos tiveram o prazo de pagamento ampliado de 84 para

120 meses. A taxa de administração em todos os planos que oferecem empréstimos caiu de 0,35% para 0,25% ao ano.

Outra adequação foi a limitação de prazo em função da idade. A Petros adotou a tábua atuarial usada para calcular os benefícios que norteiam a operação de crédito. Isso significa que pessoas com mais de 80 anos podem tomar empréstimo, mas terão prazos menores para quitar a dívida.

A Diretoria Executiva aumentou ainda o limite de R\$ 100 mil para R\$ 110 mil, além de determinar que, a partir de março deste ano, o teto sofrerá um novo reajuste, conforme a variação do IPCA acumulado nos últimos 12 meses.

Para os participantes do PPSP e PP-2 sem reserva suficiente para tomar crédito, a Petros abriu a possibilidade de conceder até R\$ 30 mil, com uma taxa de IPCA + 0,90% ao mês.

Com as mudanças, o volume emprestado subiu de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 1,9 bilhão, sendo R\$ 9,3 bilhões o valor total disponível nesta carteira de investimento. Em julho de 2012, os participantes da Ibiritermo, umas das patrocinadoras do plano Termoprev, também passaram a ter a opção de empréstimo no plano. Para 2013, a perspectiva é que outras patrocinadoras também adotem a operação com os participantes em suas carteiras de investimentos.

O fortalecimento institucional e a nova estrutura da Petros

O bom desempenho da Petros em 2012 deve ser creditado também ao fortalecimento institucional pelo qual a Fundação passou no decorrer do ano. Sobre um tripé de busca de rentabilidade dos investimentos, transformação organizacional e melhoria da prestação dos serviços, as ações iniciadas no ano passado têm por objetivo dar mais robustez à entidade e garantir a perenidade da Petros. Com essas diretrizes, a nova estrutura organizacional, mais enxuta e eficiente, proporcionou um equilíbrio maior entre as diretorias.

O objetivo das mudanças foi tornar as áreas mais especializadas. A Diretoria de Investimentos, que também respondia pela gestão financeira, passou a se concentrar apenas na busca da melhor relação retorno/risco para rentabilizar o patrimônio dos planos de benefício. A Diretoria Administrativa Financeira, por sua vez, passou a focar mais em especificidades de suporte ao negócio da Fundação.

À Diretoria de Seguridade coube o desafio de aprimorar o processo da concessão de benefícios. Ligados a ela, os setores de Cadastro e de Relacionamento com Participantes ganharam mais relevância no organograma, visando a aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados. Esta diretoria também ganhou uma nova gerência, a de Inovação e Projetos.

O aprimoramento na estrutura de governança foi resultado do Planejamento Estratégico 2012-2016. Esse redirecionamento também incluiu a racionalização de custos e a otimização dos processos, com objetivo de reduzir despesas administrativas e obter ganhos de eficiência. Além dos efeitos imediatos, as mudanças organizacionais têm consequências de médio e longo prazos, por definir com mais precisão o papel de cada área na estrutura da Fundação.

Investimentos em TI, a segurança das informações

Diante da necessidade de maior agilidade, eficiência e segurança nas informações que dão suporte às ações estratégicas, a Petros também investiu em Tecnologia da Informação. Implementou uma gestão da demanda dos projetos, como aperfeiçoamento do modelo de desenvolvimento e melhoria contínua dos sistemas internos. Com

isso, estará assegurada a entrega regular no tempo certo e com as necessidades objetivas definidas pelas áreas.

A sustentabilidade do multipatrocínio

Para solidificar ainda mais suas bases, a Fundação avançou nos estudos de consolidação de seu DNA de fundo multipatrocinado. O desafio da segregação dos investimentos levou a um profundo estudo de como a diversificação da carteira de ativos deverá ser implementada, visando a garantir a rentabilidade adequada para as características de cada plano de benefício administrado pela Fundação.

A Petros também redefiniu os critérios para a entrada de novos planos, sempre pensando na sua sustentabilidade no longo prazo. Nesse contexto, a Fundação avançou nos estudos referentes à precificação dos planos, para que estejam adequados às premissas atuariais definidas.

Plano de Apoio à Aposentadoria

Um dos objetivos da nova estrutura organizacional era promover uma oxigenação na empresa. Fez parte desse projeto um plano de apoio à aposentadoria de empregados que já possuíam tempo para se aposentar ou já estavam pelo INSS, mas que aguardavam uma motivação financeira para cessar a atividade laboral.

Para este público, a Petros preparou uma proposta de incentivos, além de oferecer palestras e direcionamento para o momento de mudança. Em paralelo, deu início a um processo de gestão de experiências, de modo a reter o conhecimento daqueles que deixariam a empresa até dezembro de 2012.

Entre os 47 que se encaixavam nesse perfil, 40 optaram pelo plano e decidiram se aposentar. Desses, 35 deixaram a Petros até dezembro do ano passado e os demais estão no processo de desligamento.

Código de Conduta e Ética

O Conselho Deliberativo aprovou, em fevereiro de 2012, o novo Código de Conduta e Ética da Petros. Alinhado aos princípios de governança corporativa, o conjunto de regras para os empregados trata de transparência, atos de responsabilidade social e condutas não aceitáveis. Os princípios têm a finalidade de contribuir para que a Fundação cumpra sua missão e ganhe destaque no mercado de previdência.

Um Comitê de Ética foi criado para fazer cumprir o código, propor atualizações e definir processos disciplinares em casos de infrações. A cada dois anos, a Diretoria vai indicar dois titulares para o Comitê, outros dois são sugeridos pelo Conselho Deliberativo e mais dois são eleitos pelos empregados da Petros.



Incentivo para ter os melhores profissionais

Dando sequência aos estudos iniciados em 2011, um redesenho das competências, acompanhado da redefinição do plano de cargos, carreiras e salários, também foi implementado no ano passado.

A política de retenção de talentos criou ainda um sistema de incentivos, baseado na avaliação de metas e competências, e na análise do potencial dos empregados, que também será determinante para uma gestão de desempenho mais eficiente.

A Petros investirá ainda na capacitação de seus empre-

gados, com foco na identificação de talentos e possíveis sucessores para oportunidades futuras. A cada ano, os gestores vão apontar esses profissionais, que passarão por um trabalho específico de capacitação e desenvolvimento.

O objetivo da Fundação com as novas políticas é valorizar seus empregados e investir no aprimoramento do quadro profissional. Isso irá se refletir no alcance de melhores resultados e na prestação de serviços cada vez mais eficientes para os participantes.



Selo Pró-Equidade de Gênero

A Petros ganhou pela terceira vez o selo Pró-Equidade de Gênero. O programa é uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho e com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. O selo é concedido a empresas que cumpriram, no mínimo, 70% do conjunto de atividades voltadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres no âmbito organizacional.

Representando a Petros, o gerente executivo de Pessoas, Sílvio Góes, assina o termo de adesão da 4ª edição do programa de Pró-Equidade de Gênero

Relacionamento mais próximo com o Participante

Em 2012, a Petros investiu em um relacionamento ainda mais próximo e eficaz com os participantes. Por trás de cada canal de atendimento, cada demanda respondida pela Ouvidoria ou cada linha escrita em suas publicações, estava o objetivo comum de oferecer uma comunicação clara e precisa sobre a Fundação e suas atividades.

A pesquisa de 2012 mostrou que o índice de satisfação dos sete canais de relacionamento disponíveis – correspondência, atendimento ao representante, autoatendimento no portal, central telefônica, e-mail, atendimento pessoal e chat – esteve acima de 90%.

Entre os canais de comunicação – o boletim eletrônico Direto do Portal, o portal da Petros, os informativos e as publicações, o Sempre Ativo, a revista Petros e a TV Petros – o índice de satisfação ficou acima de 85%. Merece destaque a TV Petros, cuja avaliação positiva subiu de 77% para 88%. O boletim eletrônico Direto do Portal, embora criado este ano, teve um índice de satisfação de 95%.

Na divisão por categoria, os assistidos têm o índice de satisfação mais elevado em relação à Petros, sendo 89% para aposentados e 91% para pensionistas. Entre os ativos, o índice é de 86%.

Os números da pesquisa permitem que seja identificado o que ainda pode ser aperfeiçoado. Após o levantamento de 2011, por exemplo, um Grupo de Trabalho recomendou a capacitação dos empregados para aprimorar o conteúdo das comunicações por escrito com os participantes.

Para isso, no início de 2012, profissionais do Setor de Relacionamento com Participantes, da Ouvidoria e da Gerência de Comunicação e Relações Institucionais participaram de oficinas de redação. O objetivo foi capacitar as equipes dessas áreas para a elaboração de comunicados e de respostas às solicitações dos participantes com uma linguagem mais clara, objetiva e acessível.

O Setor de Relacionamento com Participantes alcançou as metas de responder a 95% das demandas em até 30 dias, e os e-mails em até cinco dias. Uma norma corporativa será publicada em 2013 para dar ainda mais rapidez às respostas.

Com o objetivo de atender bem aos diversos perfis de participantes, a Petros dispõe de diversos canais de atendimento, como telefone, e-mail, chat pelo site e correspondência. Além disso, a Fundação investe no atendimento presencial, no edifício-sede e nos postos de Santos (SP), Salvador (BA) e Aracaju (SE).

Sempre Ativo

O Programa Petros de Educação Financeira e Previdenciária ganhou um nome e um site exclusivos em agosto de 2012: o Sempre Ativo. O site conta com informações e simuladores para ajudar participantes e o público em geral a se organizar financeiramente, planejar o futuro e conquistar objetivos financeiros de médio e longo prazos.

O Sempre Ativo vem a encontro do compromisso da Fundação de contribuir para o fomento da educação financeira e previdenciária no país, especialmente junto a seus participantes.

Em dezembro, o site já contava com 9.060 cadastros, sendo 7.905 participantes, distribuídos entre 5.864 ativos e 1.800 assistidos, e 1.155 visitantes.



Palestra sobre educação financeira e previdenciária apresenta o site Sempre Ativo aos participantes de Salvador, BA

Em janeiro de 2013, a unidade de Salvador ganhou uma nova sede, em um prédio de alto padrão, com cinco salas distribuídas em uma área de 182 m². Equipamentos e mobiliário mais modernos oferecem um ambiente mais confortável aos mais de 23 mil participantes da Bahia. Ainda em 2013, o investimento na melhoria das instalações será em Santos, que também terá uma nova sede.

A Ouvidoria completou nove anos e ganhou um novo titular em fevereiro, o petroleiro aposentado Carlos Cotia, que assumiu esse importante canal de interlocução entre o participante e a Petros. Ao longo de 2012, a Ouvidoria registrou uma média de 300 consultas por mês. Para dar mais celeridade aos atendimentos, um grupo de trabalho envolvendo assessores da presidência e representantes dos canais de

relacionamento foi formado para alinhar os procedimentos para a elaboração das demandas dos participantes.

Ainda no relacionamento com o participante, a Petros participou de 19 palestras do Programa de Preparo para a Aposentadoria, desenvolvido pela Petrobras. A Fundação divulga benefícios e serviços do Plano Petros do Sistema Petrobras e do Plano Petros-2, aproveitando a oportunidade para esclarecer dúvidas e simular benefícios. No ano passado, 594 participantes e 29 familiares estiveram nos encontros, que teve o apoio do setor de Relacionamento com Participantes da Petros. As cidades visitadas foram Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ), Macaé (RJ), São Paulo (SP), Salvador (BA), Viamão (RS), Vitória (ES), Manaus (AM), Natal (RN) e Betim (MG).

Clube Petros

O Clube Petros completou 10 anos com fôlego renovado. Em outubro, para comemorar a data, a Fundação lançou o novo site do Clube, com ferramentas para consulta de empresas conveniadas de forma mais ágil e organizada. Como parte das comemorações, foi realizado o concurso interativo Clube Petros e Você: 10 anos de História. Foram premiados relatos de participantes que narraram experiências com uma das mais de cinco mil empresas conveniadas. Oitenta situações engraçadas, românticas ou nostálgicas foram contadas. Dez foram selecionadas para irem à votação e os autores das três preferidas dos participantes ganharam prêmios oferecidos por três das empresas conveniadas.

O sucesso pôde, rapidamente, ser medido em números. No mês do lançamento, durante a votação do concurso, o site recebeu 35 mil visitas.



Em destaque, dois vencedores da promoção Clube Petros, que são participantes ativos da Petrobras

Ampliando canais de comunicação

A Fundação lançou uma nova revista em 2012, a Petros e Você, como parte do esforço de ampliar os canais de comunicação com os participantes. Com um tratamento editorial e gráfico moderno, a publicação tem uma linguagem mais simples e um melhor uso das imagens nas reportagens,

oferecendo mais temas, além da previdência complementar. Seguridade, investimentos, qualidade de vida, cidadania, educação e cultura reforçaram o conteúdo, com a colaboração de colunistas como Gustavo Cerbasi e Sonia Hirsch.

Uma pesquisa em março mostrou que o grau de satisfação do leitor com a revista Petros e Você era de 70%.



Os autores do XII Concurso de Contos autografam os livros que reuniram os dez contos premiados

Um total de 74% se mostrou satisfeito ou muito satisfeito com a linguagem aplicada aos textos, enquanto 78% dos leitores aprovaram as mudanças no projeto gráfico da publicação.

Em 2012, as melhorias no Portal Petros continuaram e o canal teve 129 matérias publicadas, com registro de mais de 170 mil acessos. Uma das novidades foi o lançamento do boletim eletrônico Direto do Portal, que envia quinzenalmente para o e-mail dos participantes uma relação das notícias veiculadas no portal e na TV Petros.

A seção "Autorretrato", que ocupava a terceira capa da antiga revista, deixou o papel e migrou para o mundo virtual. Os participantes passaram a compartilhar momentos especiais de sua vida através do portal da Fundação.

No início do ano, a TV também ganhou uma área própria dentro do Portal Petros, ampliando sua visibilidade e sua navegabilidade. Em agosto, o canal passou a contar com uma ferramenta de avaliação dos programas, o "Curti"/"Não Curti". Desde então, 78 vídeos foram avaliados com 995 opções "Curti" e 404 opções "Não Curti".

A programação da TV Petros também foi ampliada. Foram 115 programas nos cinco canais, que registraram mais de 70 mil acessos. Para reforçar a estratégia de fomento à educação financeira, a Fundação manteve a parceria com a BM&FBovespa e exibiu 42 reportagens sobre o tema, garantindo 15.035 visualizações. O canal "Notícias" teve a maior audiência, com 47 vídeos e 26.617 acessos. Em seguida, veio o "Seu Futuro", com temas de educação previdenciária, com 19.052 visualizações nos 10 programas.

Encontros e demais eventos

Sempre preocupada em manter um relacionamento aberto e transparente com seus participantes, a Petros promoveu eventos de prestação de contas e de confraternização no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Aracaju e Salvador, cidades dos Estados que concentram o maior número de participantes da Fundação. Ao todo, sete encontros foram realizados e mais de 3.700 pessoas estiveram presentes nos eventos.

Dentro do seu compromisso de zelar pela qualidade de vida dos seus participantes, a Fundação realizou a 12ª edição da Corrida Rústica. Em outubro, 433 corredores se reuniram nos gramados da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, para a competição. Com as inscrições, cerca de 1.200 kg de alimentos foram arrecadados e doados para duas instituições beneficentes.

Em 2012, o XII Concurso de Contos Petros homenageou Marcelo Rubens Paiva. A cerimônia de premiação foi em dezembro, no salão nobre do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. O conto vencedor foi "A Gaiola", do operador de navios Eber Veríssimo Rocha, expatriado da Petrobras que reside na cidade de Houston, nos Estados Unidos. Na edição do ano passado, foram 219 contos inscritos.

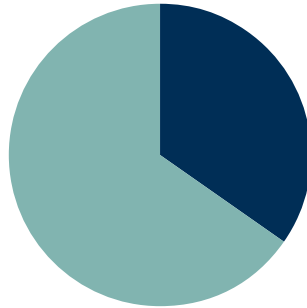
Atualmente com 40 membros, sendo seis empregados e 34 participantes, o Coral da Petros completou 15 anos de existência. O grupo faz apresentações em cantatas de Natal, igrejas, orfanatos, eventos da Fundação e em parcerias com os corais do Sistema Petrobras. No ano passado, o coral se apresentou 21 vezes. A homenagem em comemoração aos 15 anos, cumpridos em 2012, ocorreu juntamente com uma apresentação na festa de confraternização da Fundação.

Perfil dos Participantes

Assistidos

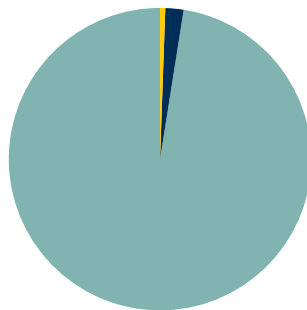
Gênero

- M 37.426
- F 19.833



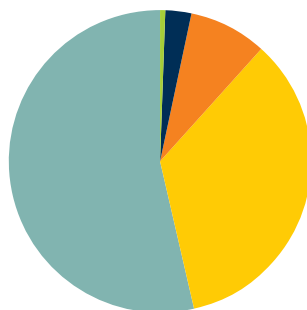
Modalidades de planos

- BD 55.701
- CV 1.101
- CD 457

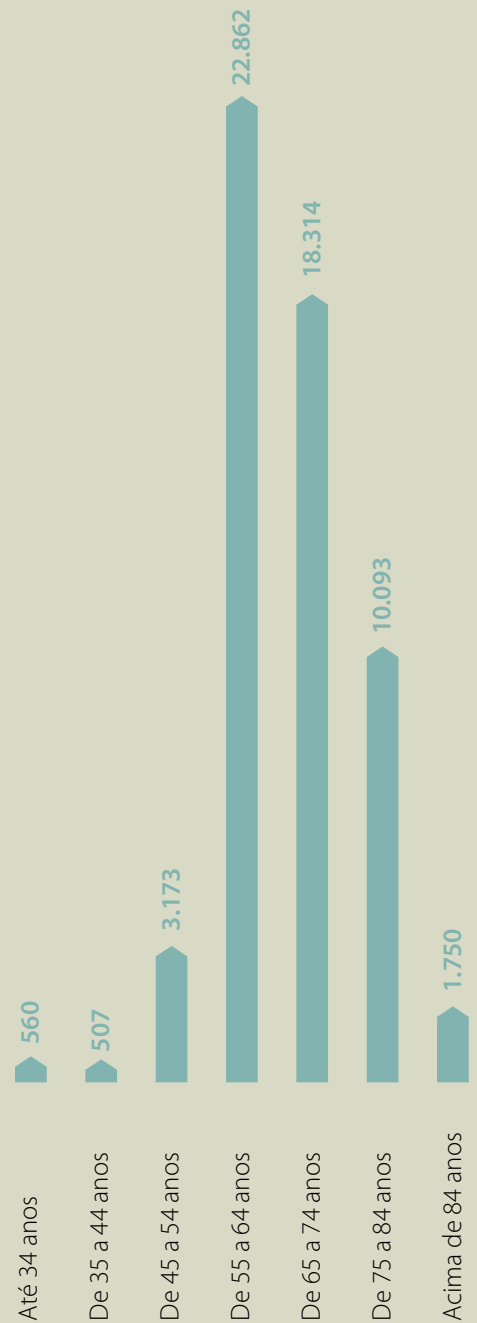


Região

- Sudeste 30.563
- Nordeste 19.997
- Sul 4.780
- Norte 1.515
- Centro-Oeste 404



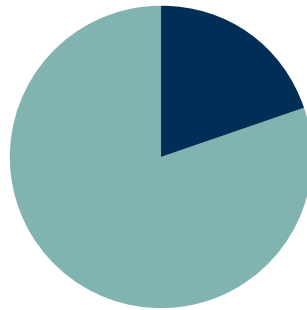
Faixa Etária



Ativos

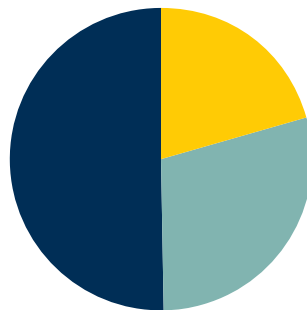
Gênero

M 79.225
F 19.574



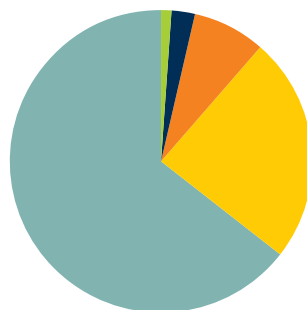
Modalidades de planos

BD 28.868
CV 49.414
CD 20.517

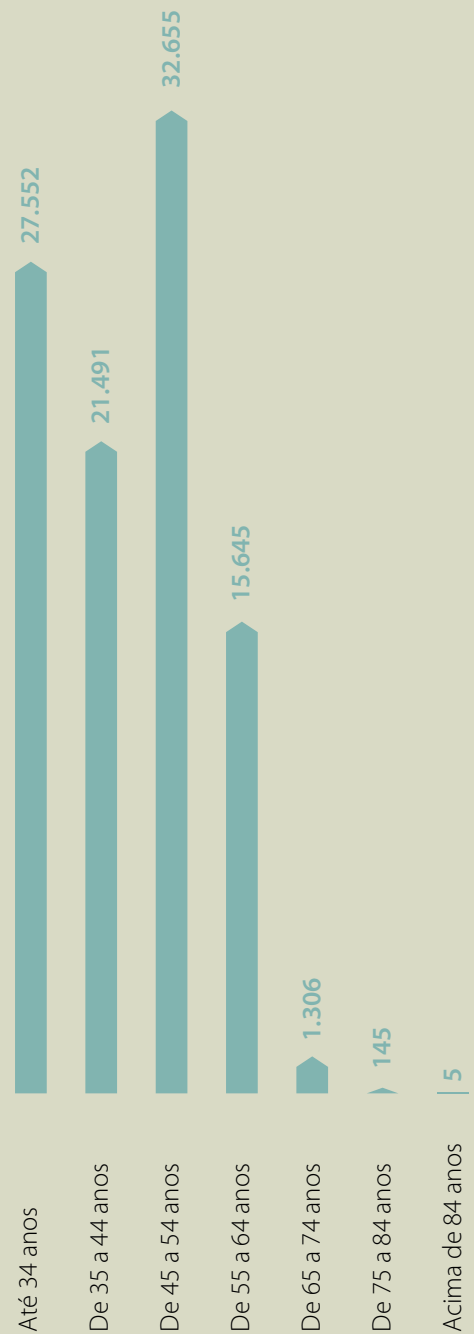


Região

Sudeste 63.633
Nordeste 23.818
Sul 7.635
Norte 2.566
Centro-Oeste 1.147



Faixa Etária

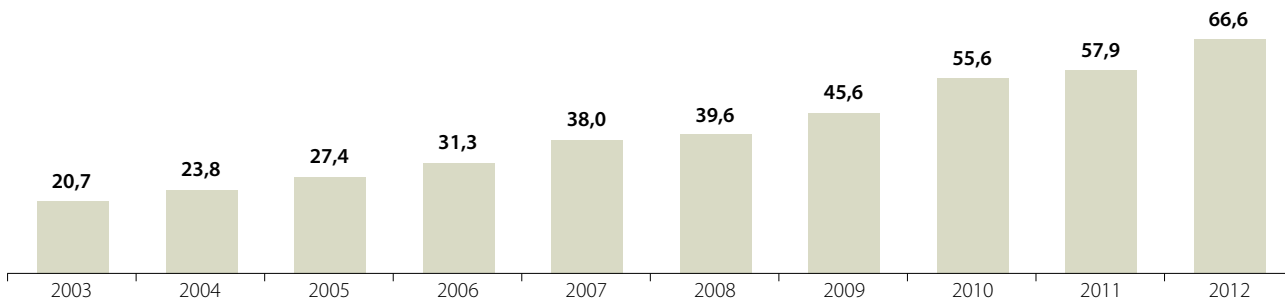


Resultados da Petros em 2012

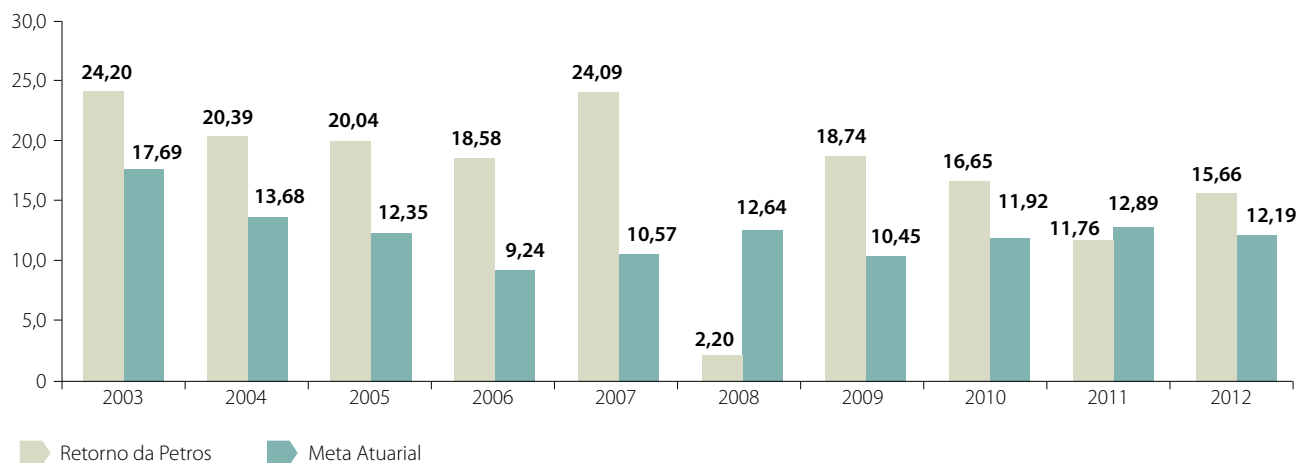
Investimentos: Evolução e Rentabilidade

A Petros encerrou o ano de 2012 com R\$ 66,6 bilhões em investimentos. No ano, os recursos foram ampliados em 8,7 bilhões (15,03%), com uma rentabilidade média de 15,66%.

Evolução dos investimentos (em R\$ bi)



Rentabilidade Global Anual (em %)



Gestão de Planos de Previdência

A Petros chegou ao fim de 2012 com 155.769 participantes, sendo 99.038 ativos e 56.731 assistidos. Em relação ao ano de 2011, esses números representam um aumento de 3.725 participantes ativos e 1.300 assistidos.

Evolução do quadro de participantes

Mês	Participantes		Total (C)	Relação (A/B)
	Ativos (A)	Assistidos (B)		
Dez/2011	95.313	55.431	150.744	171.95%
Dez/2012	99.038	56.731	155.769	174.57%

Participantes por Plano

Participantes dos Planos Petros

Planos	2012		2011	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Total dos 6 Planos	29.116	55.344	30.134	54.814
Plano Petros do Sistema Petrobras	28.398	50.253	29.332	49.772
Empresas Privadas	718	5.091	802	5.042
Plano Petros NITRIFLEX / DSM	5	220	6	222
Plano Petros PQU	172	988	186	978
Plano Petros ULTRAFERTIL	176	1.505	196	1.495
Plano Petros COPESUL	212	688	248	657
Plano Petros LANXESS	153	1.690	166	1.690

Participantes dos Planos de Contribuição Definida e Variável

Planos	2012		2011	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Planos CD	8.235	46	11.789	51
Plano REPSOL YPF	221	4	228	3
Plano CACHOEIRA DOURADA	51	6	51	6
Plano TRANSPETRO	460	3	4.240	8
Plano DBA	73	3	73	2
Plano CONCEPA	11	1	13	1
Plano FIEPEPREV	1.492	5	1.208	5
Plano ALESAT	953	-	857	-
Plano TERMOPREV	10	-	10	-
Plano TRIUNFO VIDA	46	15	192	21
Plano IBP	110	-	81	-
Plano PQU PREVIDÊNCIA	121	3	334	3
Plano COPESULPREV	16	-	38	-
Plano MANGUINHOS	4	-	5	-
Plano PTAPREV	430	-	313	-
Plano PREVIFIEA	531	1	390	1
Plano PREVFIEPA	492	5	446	1
Plano TBG	21	-	281	-
Plano GASPREV	513	-	406	-
Plano PETROS-RG	294	-	283	-
Plano LIQUIGAS	2.319	-	2.282	-
Plano SULGASPREV	67	-	58	-
Planos CV	49.258	977	42.521	204
Plano Misto SANASA	1.380	124	1.091	115
Plano PETROS-2	46.441	194	41.430	89
Plano TAPMEPREV	1.437	659	-	-

Participantes dos Planos Instituídos

Planos	2012		2011	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Planos Instituídos	12.429	364	10.869	362
Plano ADUANAPREV	58	-	62	-
Plano ANAPARPREV	2.369	361	1.562	361
Plano IBAPREV	299	-	266	-
Plano SIMEPREV	982	-	752	-
Plano SINMED/RJ	55	-	57	-
Plano CULTURAPREV	437	-	463	1
Plano CRAPREV	289	-	284	-
Plano CRCPREV	82	-	66	-
Plano CROPREV	678	-	613	-
Plano FENAJPREV	113	-	111	-
Plano UNIMED/BH	5.211	3	4.884	-
Plano UNIMED/BH - COOPERADO	1.296	-	1.175	-
Plano PREV-ESTAT	20	-	16	-
Plano PREVICONTAS	102	-	87	-
Plano PREVITÁLIA	27	-	25	-
Plano PREVITTEL	100	-	100	-
Plano PREVTRAN	309	-	342	-
Plano ESPORTEPREV	2	-	4	-

Benefícios Concedidos

Benefícios Concedidos

Tipo	2012	2011
Aposentadoria	1015	1056
Preexistente	-	-
Tempo Serviço	884	933
Idade	5	11
Invalidez	102	95
Especial	24	17
Benefício Especial	-	-
Anistiado Participante	-	-
Pensão	732	644
Regime	732	644
Preexistente	-	-
Auxílios	149	41
Reclusão	-	-
Doença	149	41
Totais	1.896	1.741

Benefícios Concedidos

	Quantidade		Acumulado	
	2012	2011	2012	2011
Pecúlio por Morte	938	757	19.757	18.819
Totais	938	757	19.757	18.819

Execução Orçamentária

Acompanhamento do Programa Orçamentário

Especificação	Janeiro a Dezembro/ 2012			
	Previsto (A)	Realizado (B)	Variação (B-A)	
			Valor	(%)
1 - Receitas	10.852.396.960	12.973.853.147	2.121.456.187	19,5
Recursos Coletados	3.025.021.431	3.785.727.274	760.705.842	25,1
Receitas Líquidas de Investimentos	7.713.726.912	9.067.525.185	1.353.798.273	17,6
Administrativas	113.648.616	120.600.688	6.952.071	6,1
2 - Recursos Utilizados	2.717.841.048	2.808.624.238	90.783.190	3,3
Aposentadorias	2.416.701.579	2.455.130.953	38.429.374	1,6
Pensões	265.936.702	297.773.694	31.836.991	12,0
Auxílios	5.202.766	6.403.889	1.201.123	23,1
Pecúlios e Poupança	30.000.000	49.315.701	19.315.701	64,4
Outros Recursos Correntes	-	-	-	N.A
3 - Despesas Administrativas	197.351.201	190.118.784	(7.232.417)	(3,7)
4 - Investimento em Ativo Permanente	30.655.746	14.813.700	(15.842.045)	(51,7)

Demonstrativo de Investimentos Consolidado 2012

Composição dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios

Valor dos Investimentos por Segmento - Total Geral da Fundação				
Segmentos	Dezembro de 2011		Dezembro de 2012	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda Fixa	29.302.355.333,06	50,53%	32.974.326.465,08	49,42%
Renda Variável	21.429.861.718,11	36,95%	24.623.178.881,69	36,91%
Investimentos Estruturados	3.698.699.717,57	6,38%	4.148.545.728,92	6,22%
Investimentos Imobiliários	1.894.693.552,13	3,27%	2.997.044.526,67	4,49%
Empréstimos e Financiamentos	1.563.246.486,23	2,70%	1.850.088.183,23	2,77%
Total dos Investimentos¹	57.888.856.807,10	99,83%	66.593.183.785,59	99,82%
Disponível/Relacionados com o disponível	4.287.400,96	0,01%	3.280.262,71	0,00%
Valores a Pagar/Receber	97.017.506,69	0,17%	119.634.932,09	0,18%
Total dos Recursos Garantidores²	57.990.161.714,75	100,00%	66.716.098.980,39	100,00%

(1) O valor do investimento referente à Petros Administradora está incluído no valor total dos investimentos.

(2) Recursos Garantidores: Disponível + Realizável do Programa de Investimentos - Exigível Operacional do Programa de Investimentos.

Modalidades de Aplicações Consolidado

Investimentos	Dezembro de 2011	Valor	Dezembro de 2012	Valor
Renda Fixa	29.307.633.583,08	50,54%	32.976.295.644,00	49,43%
Fundos de Renda Fixa	10.034.450.542,86		9.726.512.815,36	
Títulos Privados	2.009.518.188,37		1.853.191.452,45	
Títulos Públicos	17.072.697.145,00		21.223.055.805,51	
Fdo de Invest. em Direitos Creditórios	185.689.456,83		171.566.391,76	
Contas a Pagar/Receber	5.278.250,02		1.969.178,92	
Renda Variável	21.526.012.449,59	37,12%	24.751.669.061,10	37,10%
Ações à Vista	13.757.189.909,44		17.513.342.736,35	
Fundos de Ações	7.451.614.150,52		6.755.650.036,31	
Outros Investimentos	221.057.658,15		354.186.109,03	
Contas a Pagar/Receber	96.150.731,48		128.490.179,41	

Continua

Continuação

Investimentos	Dezembro de 2011 - Valor		Dezembro de 2012 - Valor	
Investimento Estruturado	3.698.699.717,57	6,38%	4.148.545.728,92	6,22%
Fundos de Participação	3.555.545.811,95		3.976.698.756,36	
Fundos Imobiliários	143.153.905,62		171.846.972,56	
Investimentos Imobiliários	1.891.693.681,21	3,26%	2.986.995.693,63	4,48%
Imóveis	1.894.693.552,13		2.997.044.526,67	
Contas a Pagar/Receber	(2.999.870,92)		(10.048.833,04)	
Empréstimos e Financiamentos	1.561.834.882,34	2,69%	1.849.312.590,03	2,77%
Empréstimos e Financiamentos	1.563.246.486,23		1.850.088.183,23	
Contas a Pagar/Receber	(1.411.603,89)		(775.593,20)	
Disponível/Relacionados com o disponível	4.287.400,96	0,01%	3.280.262,71	0,00%
Total	57.990.161.714,75	100,00%	66.716.098.980,39	100,00%

Distribuição dos Investimentos - Gestão Terceirizada

Gestor	Valor (R\$)	Percentual
Andrade Gutierrez - Angra Partners Gestão de Informações e Investimentos LTDA	163.289.409,86	0,78%
ASM Administradora de Recursos S.A.	95.598.725,60	0,46%
Banco Brascan S.A.	86.652.675,52	0,42%
Banco do Brasil DTVM	370.388.763,87	1,78%
Banco Itaú S.A.	26.676.143,37	0,13%
Banco J. Safra S.A.	1.215.219.345,60	5,84%
Banco Paulista S/A.	71.673.297,62	0,34%
Banco Santander (Brasil) S.A.	352.800.536,71	1,70%
BCSUL Verax Serviços Financeiros LTDA	23.961.067,06	0,12%
BNY MELLON Administração de Ativos LTDA	44.084.762,81	0,21%
BNY Mellon Arx Investimentos LTDA	4.000.932.085,26	19,23%
BNY Mellon Gestão de Patrimônio LTDA	893.224.511,12	4,29%
BR Educacional Gestora de Recursos S.A.	252.125.683,76	1,21%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	4.581.151.317,85	22,02%
BRL Trust Serviços Fiduciários e Participações LTDA	41.751.873,21	0,20%
BRZ Administração de Recursos S.A.	17.769.529,38	0,09%
BRZ Investimentos LTDA	274.567.551,55	1,32%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	1.040.808.985,46	5,00%
BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda	281.939.102,80	1,36%
Caixa Econômica Federal	680.124.583,30	3,27%
Claritas Administração de Recursos Ltda.	406.921.204,01	1,96%
Credit Suisse (Brasil) DTVM S.A.	34.200.804,35	0,16%
CRP Companhia de Participações	67.992.468,98	0,33%
Darby Stratus Administração de Investimentos LTDA	45.451.688,83	0,22%
DGF Gestão de Fundos LTDA	77.609.272,74	0,37%
Distribuidora Pine de Títulos e Valores Mobiliários LTDA	74.163.563,15	0,36%
Empírica Investimentos Gestão de Recursos Ltda.	21.677.992,76	0,10%
Fator Administração de Recursos LTDA	963.360,63	0,00%
FIR Capital Partners LTDA	10.373.456,00	0,05%
GAP Prudential LT Gestão de Recursos LTDA	319.346.068,61	1,54%
GF Gestão de Recursos S.A.	403.632.163,55	1,94%
Global Capital 2000 Adm de Recursos Financeiros S.A.	48.585.842,18	0,23%
Global Equity Administradora de Recursos S.A.	165.378.285,66	0,80%
Globalbank Asset Management LTDA	144.576.098,58	0,70%
Governança e Gestão Investimentos LTDA	36.585.921,23	0,18%
GP Investimentos Imobiliários S.A.	3.691.056,32	0,02%
Integral Investimentos S.A.	25.245.760,38	0,12%
Investidor Profissional Gestão de Recursos LTDA	521.036.644,02	2,50%
Jardim Botânico Partners Investimentos LTDA	15.745.165,72	0,08%
Kondor Administradora e Gestora de Recursos Financeiros Ltda.	358.901.349,44	1,73%
Latour Capital do Brasil LTDA/BRZ Investimentos LTDA	10.418.254,69	0,05%
Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda.	29.416.152,01	0,14%
Mantiq Investimentos Ltda.	387.432,66	0,00%
Mapfre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	347.718.030,48	1,67%
Máxima Asset Management S.A.	11.026.039,39	0,05%
Mercatto Gestão de Recursos LTDA	320.074.090,46	1,54%
Meta Asset Management LTDA	49.230.591,56	0,24%
Modal Administradora de Recursos S.A.	35.619.561,98	0,17%
Modal Asset Management LTDA	4.127.123,47	0,02%
Nobel Gestão de Recursos LTDA	60.042.086,54	0,29%
Petra Capital Ltda.	5.193.756,88	0,02%

Continua

Continuação

Gestor	Valor (R\$)	Percentual
Polo Capital II Internacional Gestão de Recursos LTDA	11.710.679,05	0,06%
Quest Investimentos Ltda.	488.606.224,62	2,35%
RB Capital Investimentos LTDA	82.252.417,61	0,40%
Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM	93.458.016,20	0,45%
Rio Bravo Venture Partners LTDA	3.663.160,56	0,02%
Riviera Gestora de Recursos	4.712.269,11	0,02%
Santander Brasil Asset Management DTVM LTDA	363.855.755,78	1,75%
SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A.	25.303.463,98	0,12%
Stratus Gestão de Carteiras LTDA	8.382.787,11	0,04%
Unitas DTVM LTDA	6.133.935,13	0,03%
Valora Gestão de Investimentos Ltda.	2.547.552,00	0,01%
Victoire Brasil Administração de Recursos LTDA	410.255.391,93	1,97%
Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	2.151.842,57	0,01%
Vitória Asset Management S.A.	722.942.935,41	3,48%
Votorantim Asset Management DTVM LTDA	406.227.302,29	1,95%
Total	20.802.274.972,34	100,00%

Rentabilidade dos Segmentos dos Investimentos

Segmentos	Rentabilidade de 2012	Política de Investimentos
	%	Benchmarks
Renda Fixa	24,73%	CDI / CDI + 0,5% a.a. / CDI + 2,0% a.a. / IMA-B ¹ + 2,0% a.a. / IMA-B ¹ + 2,5% a.a. / IMA-B5+ ³ / IMA-B5 ² + 0,5% a.a. / Meta Atuarial (IPCA + 6%)
Renda Variável	5,68%	IBX-50 + 1,0% a.a. / IBX-100 + 1,0% a.a.
Investimentos Estruturados	5,31%	IMA-B ¹ + 0,5% a.a. / IMA-B ¹ + 2,5% a.a.
Imóveis	19,05%	IMA-B ¹ + 1,0% a.a.
Empréstimos e Financiamentos	14,39%	Meta Atuarial (IPCA + 6% a.a.) / 100% CDI / INPC + 6% a.a.
Investimento Consolidado	15,66%	
Índice		Varição (%)
CDI		8,40%
IPCA		5,84%
IMA-B		26,68%
IBX-50		9,87%
META ATUARIAL (IPCA + 6% a.a.)		12,19%

IMA-B¹: Índice de Mercado ANBIMA composto por títulos públicos federais atrelados ao IPCA;

IMA-B 5²: Índice de Mercado ANBIMA composto por todas as NTN-Bs disponíveis no mercado com prazo até 5 anos;

IMA-B 5+³: Índice de Mercado ANBIMA composto por todas as NTN-Bs disponíveis no mercado com prazo igual ou superior a 5 anos.

Investimento Consolidado

Segmento de Renda Variável

Grupo	Valor	% s/Segmento
Mercado à Vista	17.508.591.587,80	70,74%
Financiamento de Projetos	358.937.257,58	1,45%
Fundos de Renda Variável	6.755.650.036,31	27,29%
Total	24.623.178.881,69	
Valores a Pagar/Receber		
Valores a Pagar	(598.038.356,59)	-2,42%
Valores a Receber	726.528.536,00	2,94%
Total	128.490.179,41	
Total Segmento Renda Variável	24.751.669.061,10	100,00%

Segmento de Investimentos Estruturados

Fundos de Investimentos		
Grupos	Valor de Mercado	% s/Segmento
Fundos Private Equity	3.890.624.224,28	93,78%
Fundos Venture Capital	86.074.532,08	2,07%
Fundos Imobiliários	171.846.972,56	4,14%
Total	4.148.545.728,92	
Valores a Pagar/Receber		
Valores a Pagar	-	0,00%
Valores a Receber	-	0,00%
Total	-	
Total Segmento Investimentos Estruturados	4.148.545.728,92	100,00%

Segmento de Renda Fixa

Títulos Públicos - Carteira própria		
Grupo	Valor	% s/Segmento
Títulos Públicos - Carteira própria	21.223.055.805,51	64,35%
Títulos Privados - Carteira própria	1.853.191.452,45	5,62%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Carteira Própria	171.566.391,76	0,52%
Fundos de Renda Fixa	9.726.512.815,36	29,49%
Total	32.974.326.465,08	
Provisão para Perda		
Grupo	Valor	
FIF	2.159.797,97	
Debêntures	18.156.498,10	
CDB	1.329.356,95	
CRI	66.718.636,50	
CCI	44.698.567,16	
CCB	89.783.904,80	
CCCB	16.885.052,77	
Total	239.731.814,25	
Valores a Pagar/Receber		
Valores a Pagar	1.969.178,92	0,01%
Valores a Receber	3.280.262,71	0,01%
Total	5.249.441,63	
Total Segmento Renda Fixa	32.979.575.906,71	100,00%

Segmento de Imóveis

Grupo	Valor	% s/Segmento
Imóveis	2.997.044.526,67	100,34%
Outros Investimentos	-	
Provisão para Perda	-	
Total	2.997.044.526,67	
Valores a Pagar/Receber		
Valores a Pagar	(10.048.833,04)	- 0,34%
Valores a Receber	-	
Total	(10.048.833,04)	
Total Segmento Imóveis	2.986.995.693,63	100,00%

Segmento de Empréstimos e Financiamentos

Empréstimos			
Indexador	Atrasados	Valores não Atrasados	% s/Segmento
IPCA	-	1.856.370.720,69	100,38%
PRE-FIXADO	-	-	0,00%
CDI	-	-	0,00%
INPC	-	-	0,00%
Multa Contratual	-	79,89	0,00%
Provisão para perda	(6.496.951,05)	-	-0,35%
Retirada de Patrocínio	-	-	0,00%
IOF a compensar	-	214.333,70	0,01%
Financiamentos			
Indexador	Atrasados	Valores não Atrasados	
-	-	-	
Valores a Pagar/Receber			
Valores a Pagar	-	(775.593,20)	- 0,04%
Valores a Receber	-	-	0,00%
Total		(775.593,20)	
Total Segmento Empréstimos		1.849.312.590,03	100,00%

Responsáveis

Nome	Tipo	Telefone	e-mail
BDO RCS Auditores Independentes SS	Auditoria	(21) 2210-5166	fernando.marques@bdobrazilrcs.com.br
Carlos Fernando Costa	Administrador Qualificado (AETQ)	(21) 2056-0576	cfcosta@petros.com.br

Desenquadramentos e Inobservâncias à Resolução CMN nº 3792/09

-

Justificativas para os Desenquadramentos e Inobservâncias à Resolução CMN nº 3792/09

-

Demonstrativo de Custos com a Administração de Recursos

Dez/12

Custos	1º Semestre 2012	2º Semestre 2012	Ano 2012
Gestão Interna	45.518.220,43	24.598.855,28	70.117.075,71
Pessoal / Encargos	7.006.707,20	5.849.023,01	12.855.730,21
Consultorias	476.061,39	643.775,56	1.119.836,95
Sistemas de Risco	72.000,00	12.738,00	84.738,00
Custódia	161.701,65	286.799,98	448.501,63
Taxa Cetip/Anbima	163.322,90	183.339,16	346.662,06
Taxa Selic	178.155,14	193.873,15	372.028,29
Taxas de Bolsa (BM&FBovespa, CVM, CBLC)	101.105,34	102.012,10	203.117,44
Corretagens	1.390.726,79	1.274.034,41	2.664.761,20
Carteira de Imóveis	379.471,69	1.275.420,08	1.654.891,77
Despesas Gerais ¹	35.556.382,44	14.335.023,42	49.891.405,86
Outras Despesas ²	32.585,89	442.816,41	475.402,30
Gestão Externa	44.875.062,62	47.871.384,78	92.746.447,40
Taxa de Administração	12.600.045,54	13.425.436,10	26.025.481,64
Taxa de Gestão	26.764.422,24	28.015.487,21	54.779.909,45
Taxa de Performance	774.843,48	1.818.174,14	2.593.017,62
Custódia	447.983,23	470.344,74	918.327,97
Taxa Cetip	483.674,48	532.908,62	1.016.583,10
Taxa Selic	146.987,23	143.607,94	290.595,16
Taxa Anbima	65.917,29	91.482,91	157.400,20
Taxas de Bolsa (BM&FBovespa, CVM, CBLC)	1.047.847,12	1.018.541,95	2.066.389,08
Despesas Bancárias (IOF e Taxas)	7.094,69	9.366,55	16.461,24
Auditorias	328.971,35	234.145,45	563.116,80
Corretagens	413.691,29	347.637,35	761.328,64
Consultoria	211.192,23	453.063,23	664.255,45
Outras Despesas ²	1.582.392,46	1.311.188,60	2.893.581,05
Total	90.393.283,05	72.470.240,06	162.863.523,11

Observação:

(1) Na rubrica Despesas Gerais tivemos gastos da Gerência de Participações Imobiliárias tais como: Serviços de Despachantes, Lavratura de Escritura, Impostos, Taxa de Intermediação e Despesas de Certidões;

(2) Na rubrica Outras Despesas estão incluídos gastos com Despesas Advocatícias, Impostos, Despesas de Cartório, Correio e outras despesas não contempladas em rubricas anteriores.

Parecer dos Auditores Independentes



Tel: +55 11 3848 5880
Fax: +55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90
Consolação - São Paub, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores da
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS** ("PETROS", "Fundação" ou "Entidade"), que compreende o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela PETROS, aqui denominados de consolidado, por definição da resolução CNPC n° 8) em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo **Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC**, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas membro da BDO.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo **Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC**.

Ênfase

Insuficiência de recursos para custeio administrativo dos planos de benefícios

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4 (d.3) às demonstrações contábeis, a **Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS** escolheu o modelo de gestão de custos baseados em atividades (ABC - Activities Based Cost) para os custos administrados, por plano de benefícios. Em 28 de março de 2012, após aprovação pelo Conselho Deliberativo da metodologia para o registro contábil da participação dos planos de Benefícios no Fundo Administrativo, a **PETROS** passou a registrar a segregação do Plano de Gestão Administrativa - PGA a partir do 1º trimestre de 2012. O novo modelo de gestão do custeio administrativo desenvolvido revelou que a maioria dos planos de benefícios geridos pela **PETROS** apresentam déficits administrativos. A **PETROS** vem realizando uma série de estudos e simulações no sentido de sanar os desequilíbrios financeiros individuais, com objetivo de equacionar a situação da maioria dos planos que encontram-se com déficit em seus custeios administrativos, adotando medidas para resolução do assunto. Essa situação não afeta a posição consolidada, porém como descrito na Nota Explicativa nº 10 (c.2) às demonstrações contábeis, exceto os Planos Petros Sistema Petrobras, Petros 2 e TAPMEPrev, todos os demais planos apresentam déficits de custeios administrativos podendo ocasionar desequilíbrios nos planos de benefícios, em decorrência da utilização de recursos previdenciários para sua cobertura, o que, eventualmente, pode inviabilizar a continuidade de suas operações.



Recomposição do Equilíbrio Técnico dos contratos PRÉ - 70 e Diferença de Pensão

Como parte dos nossos exames das demonstrações contábeis de 2012, examinamos também os registros contábeis descritos nas Notas Explicativas nº 5 (a.1) e nº 10 (b), decorrentes dos ajustes realizados nos Termos de Compromissos Financeiro (PRÉ 70 e Diferença de Pensão) oriundos dos seguintes eventos identificados: (a) revisão das pensões desdobradas para garantir a inclusão de todos os grupos familiares do participante, (b) realocação de valores relativos ao pagamento do 13º benefício para registro de parte das antecipações nos meses do efetivo pagamento, (c) inclusão das antecipações do 13º benefício de pensões judiciais, (d) revisões decorrentes de alteração do teto da Previdência Social, (e) acerto de pensões judiciais para considerar parcelas dos benefícios destinadas a pensionadas, (f) diferenças significativas no Patrimônio Líquido do Termo Pré - 70 relativas aos exercícios 2007 e 2008 em razão de equívoco, também identificado ao longo do processo de validação, na planilha de apuração dos saldos previdenciais naqueles exercícios, (g) reajustes dos valores patrimoniais para apuração do Ajuste Atuarial do "Pré - 70", o qual deveria apreciar a sucessão dos antigos títulos que lastreavam patrimonialmente o Termo pelos novos títulos públicos e assim sua rentabilidade a partir de 23 de dezembro de 2010, (h) reajustes dos valores referentes ao benefício de Suplementação de Pensão, já que foram atualizados os saldos iniciais de dezembro de 2008 para as patrocinadoras do Sistema e (i) consideração da rentabilidade do Plano Petros do Sistema Petrobras no caso em que o saldo do patrimônio do Termo de "Diferença de Pensão" seja positivo; no caso de patrimônio negativo, permanece o cálculo de atualização em IPCA +6% a.a. Tais ajustes e variações estão apropriados e foram adequadamente efetuados.

Expurgos inflacionários relacionados às OFNDs reconhecidos judicialmente

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS não registrou o êxito da demanda judicial pela ABRAPP em nome de suas afiliadas do processo que transitou em julgado e cuja decisão reconheceu que as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) devem ser corrigidas pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC ao invés do Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sem modificação, datado de 08 de fevereiro de 2012 e com ênfase referente aos expurgos inflacionários relacionados às OFNDs reconhecidos judicialmente.



Reemissão do relatório dos auditores independentes

Em 08 de fevereiro de 2013, emitimos originalmente nosso relatório sem modificação de opinião sobre as demonstrações contábeis da **Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS** e contendo ênfase sobre expurgos inflacionários relacionados às OFNDs reconhecidos judicialmente. Em 02 de abril de 2013, houve a reabertura do balanço da **Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS** com intuito de contabilização dos ajustes apurados dos novos cálculos dos Termos de Compromisso PRÉ 70/Diferença de Pensão e Exigível Contingencial - Previdencial do Plano Petros Sistema Petrobras e ajustes nas Provisões Matemáticas dos Planos Ultrafértil e TAPMEPrev, onde reemitimos nosso relatório sem modificação de opinião e contendo ênfase sobre os seguintes assuntos: (a) a insuficiência de recursos para custeio administrativos dos planos de benefícios, (b) recomposição do Equilíbrio Técnico dos Contratos PRÉ - 70 e Diferença de Pensão e (C) expurgos inflacionários relacionados às OFNDs reconhecidos judicialmente.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2013, exceto pelo item “reemissão do relatório” datado de 02 de abril de 2013.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RJ

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - RJ

Fernando Pereira da Silva Marques
Contador CRC 1 RJ 092490/O-3

Balanço Patrimonial Consolidado

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em R\$ mil)

Ativo	Dez 2012	Dez 2011	Δ % Dez 2012 / Dez 2011
Disponível	3.437	4.359	-21%
Realizável	75.142.185	65.122.403	15%
Gestão Previdencial	7.635.015	6.925.274	10%
Gestão Administrativa	185.467	189.030	-2%
Investimentos	67.321.703	58.008.099	16%
Títulos Públicos	21.223.056	17.072.697	24%
Créditos Privados e Depósitos	1.931.368	2.089.885	-8%
Ações	18.517.872	14.017.124	32%
Fundos de Investimento	20.802.274	21.370.453	-3%
Investimentos Imobiliários	2.997.045	1.894.694	58%
Empréstimos	1.850.088	1.563.246	18%
Permanente	124.322	100.376	24%
Imobilizado	63.116	43.472	45%
Intangível	61.206	56.904	8%
Total do Ativo	75.269.944	65.227.138	15%

Passivo	Dez 2012	Dez 2011	Δ % Dez 2012 / Dez 2011
Exigível Operacional	2.736.126	382.178	616%
Gestão Previdencial	2.091.969	333.334	528%
Gestão Administrativa	35.117	26.548	32%
Investimentos	609.040	22.296	2632%
Exigível Contingencial	1.950.189	1.464.963	33%
Gestão Previdencial	1.770.866	1.277.562	39%
Gestão Administrativa	179.323	187.401	-4%
Patrimônio Social	70.583.629	63.379.997	11%
Patrimônio de Cobertura do Plano	68.983.749	61.954.680	11%
Provisões Matemáticas	65.701.876	57.944.360	13%
Benefícios Concedidos	29.913.058	27.255.978	10%
Benefícios a Conceder	35.811.158	30.690.082	17%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(22.340)	(1.700)	-1214%
Equilíbrio Técnico	3.281.873	4.010.320	-18%
Resultados Realizados	2.782.685	3.524.738	-21%
Superávit Técnico Acumulado	2.782.685	3.524.738	-21%
Resultados a Realizar	499.188	485.582	3%
Fundos	1.599.880	1.425.317	12%
Fundos Previdenciais	448.549	303.843	48%
Fundos Administrativos	1.079.872	1.064.346	1%
Fundos dos Investimentos	71.459	57.128	25%
Total do Passivo	75.269.944	65.227.138	15%

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (em R\$ mil)

Descri�o	Dez 2012	Dez 2011	Δ % Dez 2012 / Dez 2011
(A) Patrimônio Social - In�cio do exercício *	62.894.415	57.473.636	9%
1. Adi�es	12.879.690	8.826.147	46%
(+) Contribui�es Previdenciais	3.694.895	2.602.627	42%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.971.023	5.988.109	50%
(+) Receitas Administrativas	120.601	106.036	14%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	75.544	126.569	-40%
(+) Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	3.296	-	-
(+) Constitui�o de Fundos de Investimento	14.331	2.806	411%
2. Destina�es	(5.921.693)	(3.405.368)	74%
(-) Benefícios	(4.838.722)	(2.796.806)	73%
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(892.852)	(265.005)	237%
(-) Despesas Administrativas	(190.119)	(163.080)	17%
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	-	(180.477)	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	6.957.997	5.420.779	28%
(+/-) Provisões Matemáticas	7.531.691	5.394.421	40%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(742.053)	127.990	-680%
(+/-) Fundos Previdenciais	144.706	6.513	2122%
(+/-) Fundos Administrativos	9.322	(110.951)	108%
(+/-) Fundos dos Investimentos	14.331	2.806	411%
4. Opera�es Transitórias	232.029	-	-
Opera�es Transitórias	232.029	-	-
(B) Patrimônio Social - Final do exercício (A + 3 + 4) *	70.084.441	62.894.415	11%

* O Patrimônio Social demonstrado na DMPS diverge da informa o constante no Balanço Patrimonial, pois a PREVIC não leva em considera o a rubrica " Resultados a Realizar" (Res.CNPC não 08/2011).

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (em R\$ mil)

Descrição	Dez 2012	Dez 2011	Δ % Dez 2012 / Dez 2011
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.064.346	1.175.298	-9%
1. Custeio da Gestão Administrativa	196.145	232.605	-16%
1.1. Receitas	196.145	232.605	-16%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	98.659	76.894	28%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	6.627	6.665	-1%
Receitas Diretas	14.980	22.476	-33%
Resultado Positivo dos Investimentos	75.544	126.569	-40%
Outras Receitas	335	1	-
2. Despesas Administrativas	(186.823)	(343.557)	-46%
2.1. Administração Previdencial	(175.912)	(151.336)	16%
Pessoal e encargos	(87.561)	(79.791)	10%
Treinamentos/congressos e seminários	(846)	(439)	93%
Viagens e estadias	(2.417)	(1.769)	37%
Serviços de terceiros	(51.543)	(40.421)	28%
Despesas gerais	(16.730)	(16.567)	1%
Depreciações e amortizações	(11.752)	(5.724)	105%
Contingências	(5.143)	(4.019)	28%
Outras Despesas	(10)	(2.606)	-100%
2.2. Administração dos Investimentos	(3.083)	(192.221)	-98%
Pessoal e encargos	(6.192)	(11.063)	-44%
Treinamentos/congressos e seminários	(207)	(158)	31%
Viagens e estadias	(554)	(404)	37%
Serviços de terceiros	(1.200)	(1.392)	-14%
Despesas gerais	(3.353)	(2.743)	22%
Contingências	8.439	(176.458)	105%
Outras Despesas	(16)	(3)	433%
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(7.827)	-	-
2.5. Outras Despesas	(1)	-	-
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	9.322	(110.952)	108%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	9.322	(110.952)	108%
6. Operações Transitórias	6.204	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	1.079.872	1.064.346	1%

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

1 – Contexto operacional

A PETROS, constituída pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) em 1969, é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, que, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, tem por objetivos primordiais:

- (i) Instituir, administrar e executar planos de benefícios das empresas ou entidades com as quais tiver firmado convênio de adesão;
- (ii) Prestar serviços de administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária; e
- (iii) Promover o bem-estar social dos seus participantes, especialmente no que concerne à previdência.

Para a consecução de seus objetivos, a PETROS obtém recursos de contribuições das empresas patrocinadoras e dos participantes e assistidos, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimentos.

2 – Planos de benefícios

(a) Plano Petros

O Plano Petros foi instituído pela Petrobras em julho de 1970, sendo classificado na modalidade de “benefício definido”, que assegura aos participantes uma suplementação do benefício concedido pela Previdência Social. Em 31 de maio de 2001, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou um critério de rateio do patrimônio do Plano Petros, para fins de implementação do processo de separação das massas de participantes, por plano de benefício das empresas patrocinadoras deste Plano.

Em 09 de agosto de 2002, o Conselho de Administração da Petrobras determinou à Diretoria Executiva que solicitasse a PETROS o fechamento definitivo do Plano Petros do Sistema Petrobras, tendo a Fundação encaminhado, em 30 de outubro de 2002, à Secretaria de Previdência Complementar – SPC, a documentação requerida para a concretização do fechamento do referido plano.

Em 18 de dezembro de 2003, a SPC por meio do Ofício nº 2.086 DEPAT/SPC, aprovou o processo de separação das massas do Plano Petros.

O Plano Petros transformou-se nos seguintes planos, todos da modalidade de benefício definido:

Plano Petros Sistema Petrobras – com as seguintes patrocinadoras: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras); Petrobras Distribuidora S.A. (BR); Petrobras Química S.A. (Petroquisa), incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. em 27 de janeiro de 2012; Refinaria Alberto Pasqualine S.A. (Refap), transferido a Petróleo Brasileiro S.A., os bens tangíveis e intangíveis, incluindo os contratos de trabalho dos empregados, em contrato celebrado em 31 de julho de 2012, e Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS.

Em 14 de dezembro de 2012, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC aprovou o novo processo de Repactuação do Plano Petros do Sistema Petrobras, cujas novas regras passarão a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2013.

Dessa forma, ainda não foram contabilizados seus efeitos nos resultados do Plano referentes ao exercício de 2012.

Plano Petros Ultrafertil – patrocinadoras: Ultrafertil S.A., Araucária Nitrogenados S.A. e Vale Fertilizantes S.A. Em decorrência da cisão parcial da patro-

cinadora Ultrafertil S.A., as empresas Vale Fertilizantes S.A. (atual denominação da Mineração Naque S.A.) e Araucária Nitrogenados S.A., absorveram parcelas do patrimônio da Ultrafertil S.A. e a sucederam nos direitos e obrigações que lhes foram transferidos, conforme Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias das referidas empresas, de 14 de maio de 2012, e Instrumentos Particulares de Protocolo e Justificação de Incorporações e Cisão Parcial.

Plano Petros Trikem – patrocinadora: Trikem S.A., posteriormente incorporada pela Braskem S.A.

Plano Petros Braskem – patrocinadora: Braskem S.A. A Patrocinadora Braskem requereu retirada de patrocínio do Plano Petros Braskem a partir de 30 de junho de 2005, tendo o processo aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, conforme Despacho da Diretoria nº 48, de 29 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2009. O Plano Petros Braskem encontra-se em processo de extinção.

Plano Petros Copesul – patrocinadora: Braskem S.A. A Patrocinadora Companhia Petroquímica do Sul – Copesul foi incorporada pela Ipiranga Petroquímica S.A., em 11 de setembro de 2008, e esta foi incorporada pela Braskem S.A. em 30 de setembro de 2008. A Braskem solicitou retirada de patrocínio, conforme carta de 29 de julho de 2010 e suspendeu as contribuições dos participantes e da patrocinadora ao plano, a partir da competência de agosto de 2010. Todavia, por força de decisões judiciais, as contribuições foram regularizadas e mantidas até a competência de novembro de 2010. A partir de então, com a suspensão das decisões judiciais, a patrocinadora suspendeu as contribuições ao plano e manteve a data-base de retirada em 31 de julho de 2010, tendo sido o processo encaminhado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 16 de maio de 2011.

O processo de retirada de patrocínio do Plano Petros Copesul foi homologado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme Portaria nº 556, de 01 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 02 de outubro de 2012.

Plano Petros Lanxess – patrocinadora: Lanxess Elastômeros do Brasil S.A. A patrocinadora Petroflex – Indústria e Comércio S.A. foi adquirida pelo Grupo Lanxess, resultando na alteração da razão social daquela empresa, a partir de 15 de janeiro de 2009, para Lanxess Elastômeros do Brasil S.A. Em 14 de dezembro de 2009, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 3.224, de 11 de dezembro de 2009, aprovando a alteração do nome do Plano Petros Petroflex para Plano Petros Lanxess.

Plano Petros PQU – patrocinadora: Quattor Participações S.A. A Patrocinadora Petroquímica União S.A. – PQU teve sua denominação alterada para Quattor Químicos Básicos S.A. em 23 de janeiro de 2009. A Quattor Químicos Básicos S.A. foi incorporada pela Polietilenos União S.A., em 30 de junho de 2009, e esta teve sua denominação alterada para Quattor Química S.A. A Patrocinadora Quattor Química S.A. requereu a retirada de patrocínio do Plano Petros PQU, a partir de 30 de setembro de 2009, data a partir da qual foram suspensas as contribuições dos participantes e da patrocinadora do plano. Em 1º de setembro de 2010, a Quattor Química S.A. foi incorporada pela Quattor Participações S.A., tornando-se sucessora legal da Quattor Química S.A. A Quattor Participações S.A. teve sua denominação social alterada para Braskem Qpar S.A. em 05 de dezembro de 2011.

O processo de retirada de patrocínio do Plano Petros PQU foi homologado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme Portaria nº 424, de 03 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 06 de agosto de 2012.

Plano Petros Nitriflex/DSM – patrocinadoras: Nitriflex S.A. Indústria e Comércio e DSM – Elastômeros Brasil Ltda. A Patrocinadora DSM Elastômeros Brasil Ltda. foi incorporada pela Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda. em 31 de dezembro de 2011.

(b) Plano Petros 2

Em 22 de junho de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 1.946/SPC/DETEC/CGAF, aprovou o Plano Petros 2, conforme Portaria nº 1.238, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2007. O Plano Petros 2 é um plano do tipo “Contribuição Variável”, tendo em vista que o benefício programável por ele assegurado reúne características dos tipos “Contribuição Definida”, na fase de acumulação das contribuições, e de “Benefício Definido”, na determinação do valor assegurado e na fase de percepção do benefício, conforme previsto na legislação vigente.

O Plano Petros 2 iniciou com as seguintes patrocinadoras:

- Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras;
- Petrobras Distribuidora S.A. – BR;
- Petrobras Química S.A. – Petroquisa, incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. em 27 de janeiro de 2012;
- Refinaria Alberto Pasqualini S.A. – Refap, transferida à Petróleo Brasileiro S.A., os bens tangíveis e intangíveis, incluindo os contratos de trabalho dos empregados, em contrato celebrado em 31 de julho de 2012;
- Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS.

Posteriormente, foram aprovadas as seguintes adesões ao plano:

- Fafen Energia S.A. – publicação no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2008 da Portaria nº 2.433, de 30 de julho de 2008, incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. em 19 de dezembro de 2011;
- Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. e Ipiranga Asfaltos S.A. – publicação no Diário Oficial da União de 5 de agosto de 2008 da Portaria nº 2.438, de 4 de agosto de 2008. A Patrocinadora Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. teve o seu processo de incorporação pela Petrobras Distribuidora S.A. – BR, concluído em 31 de outubro de 2009. A Patrocinadora Ipiranga Asfaltos S.A. teve sua denominação social alterada para Stratura Asfaltos S.A. em 8 de dezembro de 2011;
- Termorio S.A. – publicação no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2009 da Portaria nº 3.103, de 21 de outubro de 2009, incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. em 19 de dezembro de 2011;
- Termoceará S.A. – publicação no Diário Oficial da União de 6 de novembro de 2009 da Portaria nº 3.137, de 5 de novembro de 2009;
- Termomacaé Ltda., Termelétrica Juiz de Fora S.A. e Termobahia S.A. – publicação no Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 2010 das Portarias nºs 35, 36 e 42, de 3 de fevereiro de 2010. A Patrocinadora Termelétrica Juiz de Fora S.A. foi incorporada pela Petróleo Brasileiro S.A. em 19 de dezembro de 2011;
- Sociedade Fluminense de Energia Ltda. – SFE – publicação no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2011 da Portaria nº 312, de 16 de junho de 2011;
- Transporte Brasileiro S.A. – Transpetro – publicação no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2011 da Portaria nº 313, de 17 de junho de 2011, com vigência a partir de 1º de dezembro de 2011;
- Termoçu S.A. – publicação no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2011 da Portaria nº 467, de 24 de agosto de 2011;
- Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG – publicação no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2011 da Portaria nº 649, de 16 de novembro de 2011, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2012;

• Petrobras Biocombustíveis S.A. – publicação no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2012 da Portaria nº 66, de 10 de fevereiro de 2012.

(c) Outros planos de contribuição definida e contribuição variável

A PETROS também administra os seguintes planos, já aprovados pelo órgão competente:

Plano Repsol, de Contribuição Definida, aprovado em 27 de setembro de 1999 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC por meio do Ofício nº 671/SPC/COJ, destinado aos empregados e dirigentes da Repsol YPF Brasil S.A. e demais empresas do grupo. O nome do plano foi alterado conforme Portaria nº 490, de 1º de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2010. A Patrocinadora Repsol YPF Brasil S.A. teve sua denominação social alterada para Repsol Sinopec Brasil S.A. em 9 de fevereiro de 2011.

Além da Repsol Sinopec Brasil S.A., são patrocinadoras deste plano:

- ALE Combustíveis S.A. – aprovação da adesão da Repsol YPF Distribuidora S.A. pela SPC, em 21 de novembro de 2000, que teve sua denominação social alterada em 19 de dezembro de 2008 para ALE Combustíveis S.A., em decorrência da sua aquisição pela ALESAT Combustíveis S.A.. O processo de retirada de patrocínio da ALE Combustíveis S.A. do Plano Repsol foi homologado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme Portaria nº 138, de 20 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 21 de março de 2012, com data-base de retirada de patrocínio fixada em 1º de agosto de 2009;
- Repsol Gás Brasil S.A. – aprovação da SPC por meio do Ofício nº 584/SPC/DETEC/CGAT, em 23 de fevereiro de 2006. A Patrocinadora Repsol Gás Brasil S.A. teve sua denominação social alterada para Distribuidora de Gás LP Azul S.A. em 20 de outubro de 2011. A Distribuidora de Gás LP Azul S.A. requereu a retirada de patrocínio do Plano Repsol e estabeleceu como data base para retirada o dia 30 de abril de 2012. O Termo de Retirada de Patrocínio encontra-se em desenvolvimento para posterior aprovação pela PREVIC;
- Repsol Importadora de Produtos Ltda. – aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 695, de 13 de setembro de 2010. A Patrocinadora Repsol Importadora de Produtos Ltda. teve sua denominação social alterada para YPF Brasil Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. em 29 de novembro de 2010.

Plano DBA, de contribuição definida, aprovado em 31 de agosto de 2000 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC por meio do Ofício nº 2.262/SPC/COJ, destinado aos empregados da DBA Engenharia de Sistemas Ltda. A DBA requereu a retirada de patrocínio do Plano DBA e estabeleceu como data-base para retirada o dia 31 de dezembro de 2012. O termo de retirada de patrocínio encontra-se em desenvolvimento para posterior aprovação pela PREVIC.

Plano Cachoeira Dourada, de contribuição definida, aprovado em 3 de agosto de 2000 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC por meio do Ofício nº 2.375, destinado aos empregados da Cachoeira Dourada S.A.

Plano Transpetro, de contribuição definida, aprovado em 25 de outubro de 2000 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 3.110/SPC/COJ, destinado aos empregados da Petrobras Transporte S.A. – Transpetro. Em 3 de agosto de 2010, a Transpetro comunicou à PETROS a decisão de retirar o patrocínio do Plano Transpetro, concomitantemente com a adesão ao Plano Petros 2, e fixou a data-base de retirada o último dia do mês subsequente ao da homologação do processo pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e imediatamente anterior ao início das inscrições dos empregados no Plano Petros 2, de forma a manter todas as operações do Plano Transpetro (novas

inscrições, recolhimento de contribuições, opção pelos Institutos e concessão de benefícios), até a referida data-base da retirada de patrocínio.

O processo de retirada de patrocínio do Plano Transpetro foi homologado pela PREVIC, conforme Portaria nº 595, de 13 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 14 de outubro de 2011, com data-base de retirada de patrocínio fixada em 30 de novembro de 2011.

Plano CONCEPA, de contribuição definida, aprovado em 23 de janeiro de 2001 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 161/SPC/COJ, destinado aos empregados da Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S.A. – Concepa.

A adesão da Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ao Plano CONCEPA, foi aprovada pela SPC, com vigência a partir de 1º de outubro de 2008, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.543, de 30 de setembro de 2008.

Plano TRIUNFO VIDA, de contribuição definida, aprovado em 24 de maio de 2002 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 960/SPC/CGAJ, destinado aos empregados da Petroquímica Triunfo S.A. A Braskem, incorporadora da Petroquímica Triunfo S.A., solicitou retirada de patrocínio a partir da data-base de 31 de maio de 2010, conforme carta de 28 de maio de 2010, e suspendeu as contribuições dos participantes e da patrocinadora ao plano a partir da competência de junho de 2010, tendo sido o processo de retirada de patrocínio homologado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme Portaria nº 406, de 26 de julho de 2012, publicada no DOU em 27 de julho de 2012.

Plano ALESAT, de contribuição definida, aprovado em 25 de março de 2002 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 434/SPC/CGAJ, inicialmente denominado Plano SAT, destinado aos empregados das patrocinadoras Satélite Distribuidora de Petróleo S.A. e Petromarketing Consultoria S.C. Em 11 de novembro de 2002, a SPC, por meio do Ofício nº 1.900/SPC/GAB/COA, aprovou a adesão da Carau Transporte e Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. ao Plano SAT.

A adesão da ALE Combustíveis S.A., ao Plano SAT, foi aprovada pela SPC, com vigência a partir de 2 de maio de 2007, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 1.050, de 30 de abril de 2007.

Conforme Ofício nº 2427/CGTR/DITEC/PREVIC, de 5 de agosto de 2010 e Despacho nº 20, de 5 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 9 de agosto de 2010, foi homologado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC o Termo de Retirada das Patrocinadoras Petromarketing e Carau do Plano ALESAT.

Plano IBPprev Associados, de contribuição definida, aprovado em 6 de novembro de 2002 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC por meio do Ofício nº 1.884/SPC/CAB/COA, inicialmente, denominado IBP, e destinado aos empregados do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP, atualmente denominado Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP.

Em 25 de julho de 2012, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 396, de 24 de julho de 2012, com a aprovação da adesão da Patrocinadora Barra Energia Brasil Petróleo e Gás Ltda. ao Plano IBPprev Associados.

Plano PQU Previdência, de contribuição definida, aprovado em 22 de maio de 2003 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 594/DAJUR/CGAJ, destinado aos empregados da Petroquímica União S.A. – PQU. Esta Patrocinadora teve sua denominação alterada para Quattor Químicos Básicos S.A. em 23 de janeiro de 2009. A Quattor Químicos Básicos S.A. foi incorporada pela Polietilenos União S.A., em 30 de junho de 2009, e esta teve sua denominação alterada para Quattor Química S.A.

A Patrocinadora Quattor Química S.A. requereu a retirada de patrocínio do Plano PQU Previdência, a partir de 30 de setembro de 2009, data a partir da qual foram suspensas as contribuições dos participantes e da patrocinadora ao plano, tendo sido o processo de retirada de patrocínio homologado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme Portaria nº 423, de 03 de agosto de 2012, publicada no DOU em 06 de agosto de 2012.

Em 1º de setembro de 2010, a Quattor Química S.A. foi incorporada pela Quattor Participações S.A., tornando-se a sucessora legal da Quattor Química S.A.

Plano SIMEPREV, de contribuição definida, aprovado em 20 de abril de 2004 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 683/SPC/CGPE, inicialmente denominado Plano SIMESP, destinado aos médicos associados ao Sindicato dos Médicos de São Paulo – SIMESP. Em 18 de agosto de 2004 a SPC, por meio do Ofício nº 1.597/SPC/CGPE, aprovou a adesão do Sindicato dos Médicos do Estado do Pará – SIMEPAR e o plano passou a denominar-se Plano SIMESP-SIMEPAR. Em 15 de agosto de 2005, a SPC, por meio do Ofício nº 835/SPC/DETEC/CGAT aprovou a adesão do Sindicato dos Médicos do Estado do Rio Grande do Norte – SinMed/RN; do Sindicato dos Médicos do Estado do Pará – SindMepa e do Sindicato dos Médicos de Pernambuco – Simepe e o plano passou a se chamar SIMEPREV, ficando destinado a todos os médicos associados dos Instituidores do Plano SIMEPREV.

Plano Copesulprev, de contribuição definida, aprovado em 26 de maio de 2004 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 938/DEPAT/SPC, destinado aos empregados da Companhia Petroquímica do Sul – Copesul.

A Companhia Petroquímica do Sul requereu à PETROS o fechamento do Plano Copesulprev ao ingresso de novos participantes, a partir de 1º de setembro de 2008, tendo sido aprovada pela SPC a alteração do regulamento do plano para contemplar o referido fechamento, conforme Portaria nº 2.619, de 21 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2008. A Companhia Petroquímica do Sul – Copesul foi incorporada pela Ipiranga Petroquímica S.A., em 11 de setembro de 2008, e esta foi incorporada pela Braskem S.A. em 30 de setembro de 2008.

A Braskem S.A. requereu a retirada de patrocínio do Plano Copesulprev, a partir de 31 de agosto de 2009, data a partir da qual foram suspensas as contribuições dos participantes e da patrocinadora do plano. A retirada de patrocínio foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e publicada no Diário Oficial da União de 2 de maio de 2011.

Plano IBAPrev, de contribuição definida, aprovado em 23 de setembro de 2004 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 1871/SPC/CGPE, destinado aos associados do Instituto Brasileiro de Atuária.

Plano Culturaprev, de contribuição definida, aprovado em 19 de outubro de 2004 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 2.099/GAB/SPC, destinado aos associados dos seguintes instituidores:

- ASSAIM – Associação Sergipana de Autores e Intérpretes Musicais;
- Cooperativa Paulista de Teatro;
- SATED/CE – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Ceará;
- SATED/PE – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Pernambuco;
- SATED/SE – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Sergipe;

• SINDMUSI/RJ - Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro.

Em 14 de julho de 2005, a SPC, por meio do Ofício nº 430/SPC/DETEC/CGAT, aprovou a adesão do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado do Rio de Janeiro – SATED/RJ e do Sindicato dos Artistas Plásticos do Estado de São Paulo – SINAPESP ao Plano Culturaprev.

Em 30 de outubro de 2006, a SPC, por meio do Ofício nº 3.704/SPC/DETEC/CGAT, aprovou a adesão do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado da Bahia – SINDIMUSICOS/BA e a Associação Brasileira de Museologia – ABM ao Plano Culturaprev.

Em 27 de maio de 2009, a SPC publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 2.927, de 26 de maio de 2009, que aprovou a adesão dos seguintes instituidores ao Plano Culturaprev:

- Associação Brasileira de Roteiristas Profissionais de Televisão e Outros Veículos de Comunicação – ABRTV;
- Associação Profissional de Técnicos Cinematográficos do Rio Grande do Sul e Brasileira de Documentaristas – APTC-ABD/RS;
- Conselho Regional de Mato Grosso da Ordem dos Músicos do Brasil;
- Instituto Amazônia Imaginária – IAI;
- Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado da Bahia – SATED/BA;
- Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul – SATED/RS;
- Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo – SATED/SP;
- Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual – STIC.

Em 16 de fevereiro de 2011, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC publicou no Diário Oficial da União as Portarias nº 66 a 72, aprovando, respectivamente, as adesões dos seguintes instituidores ao Plano CULTURAPREV:

- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiofusão, Cabodifusão, DISTV, MMDS, TV a cabo, TV por Assinatura, Similares do Estado do Rio de Janeiro e Sindicato dos Radialistas – RJ;
- ABPA-Associação Brasileira de Profissionais de Áudio – ABPÁudio;
- Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de Pernambuco – SINDIMUPE;
- Sindicato dos Profissionais da Dança do Estado do Rio de Janeiro – SPDRJ;
- Associação Profissional dos Trabalhadores no Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Nacional – ASPHAN;
- União Brasileira de Escritores – UBE;
- Associação dos Servidores do Ministério da Cultura – ASMINC.

Plano Misto SANASA, de contribuição definida, para os benefícios programados, e de benefício definido para os benefícios de risco, aprovado em 21 de dezembro de 2004 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 2.517/GAB/SPC, destinado aos empregados da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. – Sanasa.

Plano SinMed/RJ, de contribuição definida, aprovado em 4 de janeiro de 2005 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 020/SPC/CGPE, destinado aos associados do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro.

Plano CROprev, de contribuição definida, aprovado em 2 de março de 2005 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 476/SPC/CGPE, destinado aos profissionais pertencentes ao Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro.

Em 18 de outubro de 2005 a SPC, por meio do Ofício nº 1.532/SPC/DETEC/CGAT, aprovou a adesão do Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte – CRO/RN ao Plano CROprev.

Em 14 de novembro de 2006, por meio do Ofício nº 3.819/SPC/DETEC/CGAF, aprovou a adesão do Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco – CRO/PE ao Plano CROprev.

Em 19 de agosto de 2008, a SPC aprovou a adesão do Conselho Regional de Odontologia do Paraná – CRO/PR ao Plano CROprev, com publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.470, de 18 de agosto de 2008.

Em 27 de novembro de 2008, a SPC aprovou a adesão do Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul – CRO/RS ao Plano CROprev, com publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.628, de 26 de novembro de 2008.

Em 5 de abril de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC publicou no Diário Oficial da União as Portarias nº 207, 208, 209 e 210, de 1º de abril de 2010, aprovando as adesões do Conselho Regional de Odontologia do Amazonas – CRO/AM, do Conselho Regional de Odontologia do Ceará – CRO/CE, da Associação Brasileira de Odontologia do Paraná – ABO/PR e do Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal – CRO/DF, na condição de Instituidores do Plano CROprev.

Plano Manguinhos, de contribuição definida, aprovado em 26 de abril de 2005 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, por meio do Ofício nº 177/PREVIC/DITEC/CGAT, destinado aos empregados da Refinaria de Manguinhos. A Patrocinadora do Plano requereu a retirada de patrocínio, a partir de 31 de dezembro de 2008, e foram suspensas as contribuições dos participantes e da patrocinadora do plano. O processo de retirada de patrocínio do Plano Manguinhos foi homologado pela PREVIC, conforme Despacho do Diretor nº 15 – Processo MPS nº 44000.001040/2009-91, de 21 de maio de 2010, publicado no Diário Oficial da União em 24 de maio de 2010. O Plano Manguinhos encontra-se em processo de extinção.

Plano FIEPEprev, de contribuição definida, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC em 30 de setembro de 2005, por meio do Ofício nº 1.371/SPC/DETEC/CGAT, destinado aos empregados da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE, do Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi – IEL/PE, do Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Estado de Pernambuco – SESI/PE e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado de Pernambuco – SENAI/PE.

Plano TERMOprev, de contribuição definida, aprovado em 1º de fevereiro de 2006 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 284/SPC/DETEC/CGAT, destinado aos empregados da Ibiritermo S.A.

Plano CRAprev, de contribuição definida, aprovado em 27 de março de 2006 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 981/SPC/DETEC/CGAT, destinado aos profissionais pertencentes ao Conselho Regional de Administração do Espírito Santo e de Santa Catarina.

Em 16 de janeiro de 2007, a SPC, por meio do Ofício nº 85/SPC/DETEC/CGAT, aprovou a adesão do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais – CRA/MG como instituidor do Plano CRAprev.

Em 24 de setembro de 2008, a SPC publicou no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.528, de 23 de setembro de 2008, as adesões do Conselho

Regional de Administração de Alagoas – CRA/AL e do Conselho Regional de Administração de Pernambuco – CRA/PE ao Plano CRAprev.

Em 4 de agosto de 2009, a SPC publicou no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.991, de 3 de agosto de 2009, as adesões do Conselho Regional de Administração da Bahia – CRA/BA e do Conselho Regional de Administração de Goiás – CRA/GO ao Plano CRAprev.

Em 10 de setembro de 2009, a SPC publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 3.027, de 09 de setembro de 2009, que aprovou a adesão do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal – CRA/DF, na condição de instituidor do Plano CRAprev.

Em 1º de junho de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC publicou no Diário Oficial da União as Portarias nº 401, 402 e 403, de 28 de maio de 2010, aprovando, respectivamente, as adesões do Conselho Regional de Administração do Paraná – CRA/PR, do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Norte – CRA/RN e do Conselho Regional de Administração do Piauí – CRA/PI, na condição de instituidores do Plano CRAprev.

Plano ADUANAPrev, de contribuição definida, aprovado em 14 de janeiro de 2008 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 108/SPC/DETEC/CGPE, vigente a partir de 15 de janeiro de 2008, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.017, de 14 de janeiro de 2008, destinado aos associados do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado de Minas Gerais.

Plano ANAPARprev, de contribuição definida, aprovado em 27 de março de 2008 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 824/SPC/DETEC/CGAF, de 27 de março de 2008, vigente a partir de 31 de março de 2008, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.165, de 28 de março de 2008, destinado aos associados da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão – ANAPAR.

Em 05 de novembro de 2009, a SPC publicou no Diário Oficial da União das Portarias nº 3.133, 3.134, 3.135 e 3.136, de 4 de novembro de 2009, as adesões dos Sindicatos dos Portuários Avulsos de Capatazia, Arrumadores e dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em geral do Estado do Espírito Santo, do Sindicato dos Trabalhadores Portuários, Portuários Avulsos e com vínculo empregatício nos Portos do Estado do Espírito Santo do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos do Espírito Santo e do Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estivas de Minérios do Espírito Santo ao Plano ANAPARprev.

Em 12 de abril de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 230, de 9 de abril de 2010, a adesão da Associação Beneficente dos Aposentados da COPENE-ABACO/POLO, na condição de instituidor do Plano ANAPARprev.

Plano PREVITTEL, de contribuição definida, aprovado em 7 de maio de 2008 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC por meio do Ofício nº 1381/SPC/DETEC/CGAF, de 7 de maio de 2008, vigente a partir de 9 de maio de 2008, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.226, de 8 de maio de 2008, destinado aos associados do Sindicato dos trabalhadores em empresas de telecomunicações, transmissão de dados e correio eletrônico, telefonia móvel celular, serviços troncalizados de comunicação, radiochamadas, telemarketing, projeto, construção, instalação e operação de equipamento e meios físicos de transmissão de sinal, similares e operadores de mesas telefônicas no Estado do Rio de Janeiro – Sinttel-Rio.

Plano UNIMED-BH, de contribuição definida, aprovado em 9 de junho de 2008 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 2.090/SPC/DETEC/CGAF, de 9 de junho de 2008, vigente a partir de 13 de junho de 2008, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.298, de 12 de junho de 2008, destinado aos associados da UNIMED-BH Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.

A razão social do Instituidor do Plano foi alterada para Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico, conforme publicado em 8 de abril de 2009 no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte.

Plano de Previdência do Cooperado, de contribuição definida, aprovado em 09 de junho de 2008 pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, por meio do Ofício nº 2.089/SPC/DETEC/CGAF, de 9 de junho de 2008, vigente a partir de 13 de junho de 2008, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.299, de 12 de junho de 2008, destinado aos associados da UNIMED-BH Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.

A razão social do Instituidor do Plano foi alterada para Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico, conforme publicado em 8 de abril de 2009 no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte.

A adesão do Sicoob-Credicom – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo e Profissionais da Área de Saúde de Belo Horizonte e Cidades Polo de Minas Gerais ao Plano de Previdência do Cooperado, foi aprovada pela SPC, com vigência a partir de 15 de dezembro de 2009, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 3.228, de 15 de dezembro de 2009.

A adesão da Unimed Fortaleza – Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. ao Plano de Previdência do Cooperado foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, com vigência a partir de 29 de abril de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 315, de 27 de abril de 2010.

Plano PTAPrev, de contribuição definida, vigente a partir de 09 de setembro de 2008, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.492, de 8 de setembro de 2008, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, destinado aos associados da Companhia Petroquímica de Pernambuco – Petroquímica Suape.

A adesão da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco – CITEPE ao Plano PTAPrev foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, com vigência a partir de 13 de maio de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 355, de 12 de maio de 2010.

Plano PrevFIEPA, de contribuição definida, vigente a partir de 27 de outubro de 2008, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.575, de 24 de outubro de 2008, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, destinado aos empregados das seguintes Patrocinadoras: Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA; Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi – IEL/PA; Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Estado do Pará – SESI/PA, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado do Pará – SENAI/PA.

Plano PreviContas, de contribuição definida, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, conforme Portaria nº 2.722, de 23 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 26 de janeiro de 2009, destinado aos associados da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro – ASTCERJ.

Plano FENAJprev, de contribuição definida, vigente a partir de 14 de abril de 2009, data da publicação, no Diário Oficial da União, da Portaria nº 2.832, de 13 de abril de 2009, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, destinado aos associados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Tocantins, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Pernambuco e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

Em 12 de julho de 2011, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC publicou no Diário Oficial da União as Portarias

nºs 362 e 363, aprovando as adesões, respectivamente, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará ao Plano FENAJprev.

Plano TBG, de contribuição definida, vigente a partir de 30 de junho de 2009, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.952, de 29 de junho de 2009, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, destinado aos empregados da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG.

Em 06 de agosto de 2010, a TBG comunicou à PETROS a decisão de retirar o patrocínio do Plano TBG, concomitantemente com a adesão ao Plano Petros 2, e fixou a data de retirada o último dia do mês subsequente ao da homologação do processo pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, data a partir da qual cessarão as contribuições dos Participantes e da Patrocinadora ao Plano TBG, e imediatamente anterior ao início das inscrições dos empregados da TBG no Plano Petros 2, de modo a garantir que não haja solução de continuidade na cobertura previdenciária dos empregados daquela empresa.

O processo de retirada de patrocínio do Plano TBG foi homologado pela PREVIC, conforme Portaria nº 720, de 23 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2011. O Plano TBG encontra-se em processo de extinção, com data-base de retirada de patrocínio fixada em 31 de janeiro de 2012.

Plano PREV-ESTAT, de contribuição definida, vigente a partir de 12 de agosto de 2009, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 2.997, de 10 de agosto de 2009, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, destinado aos associados do Conselho Regional de Estatística da 2ª Região, do Conselho Regional de Estatística da 3ª Região, do Conselho Regional de Estatística da 5ª Região, do Conselho Regional de Estatística da 6ª região e da Sociedade Brasileira de Estatística – SBE.

Plano CRCprev, de contribuição definida, vigente a partir de 6 de novembro de 2009, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 3.141, de 5 de novembro de 2009, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, destinado aos associados do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará.

Em 31 de março de 2011, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC publicou no Diário Oficial da União as Portarias nºs 159, 160 e 165, aprovando, respectivamente, as adesões dos seguintes instituidores:

- Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Espírito Santo;
- Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão;
- Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba.

Plano Previdália, de contribuição definida, vigente a partir de 16 de novembro de 2009, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 3.153, de 10 de agosto de 2009, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, destinado aos associados da Associação de Intercâmbio Cultural Ítalo-Brasileira Anita e Giuseppe Garibaldi; da Associação Beneficente Italiana – Abita, da Associazione Abruzzese di Rio de Janeiro e Espírito Santo, da Associazione Lucana di Rio de Janeiro Brasil, da Associazione Laziale e do Círculo Cultural Sardo Grazia Deledda.

Plano PrevFIEA, de contribuição definida, vigente a partir de 1º de dezembro de 2009, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 3.206, 30 de novembro de 2009, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, destinado aos empregados das seguintes Patrocinadoras: Federação das Indústrias do Estado de Alagoas – FIEA; Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi – IEL/AL; Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Estado de Alagoas – SESI/AL, Serviço

Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado DE Alagoas – SENAI/AL.

Plano GasPrev, de contribuição definida, vigente a partir de 21 de janeiro de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 3.285, 19 de janeiro de 2010, de aprovação do Plano pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, destinado aos empregados das seguintes Patrocinadoras: Gás de Alagoas S.A. – ALGÁS, Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS, Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS e Sergipe Gás S.A. – SERGÁS. A adesão da BahiaGás, foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, com vigência a partir de 21 de dezembro de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 971, de 17 de dezembro de 2010.

Em 23 de março de 2012, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 155, aprovando a adesão da Companhia Paraibana de Gás – PBGás.

Plano PETRO-RG, de contribuição definida, vigente a partir de 8 de abril de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 242, de 7 de abril de 2010, de aprovação do Plano pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, destinado aos empregados da Refinaria de Petróleo Rio Grandense S.A.

Plano Liquigás, de contribuição definida, vigente a partir de 6 de julho de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 494, de 1º de julho de 2010, de aprovação do Plano pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, destinado aos empregados da Liquigás Distribuidora S.A.

Plano PREVTRAN, de contribuição definida, vigente a partir de 22 de setembro de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 726, de 20 de setembro de 2010, de aprovação do Plano pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, destinado aos associados da Associação dos Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina – ADOTESC e Cooperativa de Crédito Mútuo dos Despachantes de Trânsito de Santa Catarina – CREDITRAN.

Plano SulgasPrev, de contribuição definida, vigente a partir de 22 de setembro de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 749, de 20 de setembro de 2010, de aprovação do Plano pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, destinado aos empregados da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – SULGÁS.

Plano EsportePrev, de contribuição definida, vigente a partir de 6 de dezembro de 2010, data da publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 926, de 2 de dezembro de 2010, de aprovação do Plano pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, destinado aos associados dos seguintes Instituidores:

- Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Rio de Janeiro – SAFERJ;
- Sindicato dos Atletas Profissionais no Estado do Rio Grande do Sul – SIAPERGS;
- Sindicato dos Atletas de Futebol Profissional do Estado do Rio Grande do Norte – SAFERN;
- Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado da Paraíba – SAFEPB;
- Sindicato dos Atletas de Futebol do Estado do Mato Grosso do Sul – SAFEMS;
- Sindicato de Atletas Profissionais do Estado de São Paulo – SAPESP.

Plano TAPMEPrev – de contribuição variável, destinado aos empregados da TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A. O processo de transferência de gestão do Plano de Benefícios II – VEM, denominação anterior do Plano TAPMEPrev, do Instituto Aerus de Seguridade Social para a PETROS, foi ho-

mologado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme Portaria nº 92, de 17 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 22 de fevereiro de 2012, tendo sido definida, em conjunto, pelo Aerus, PETROS e TAP M&E Brasil, como data da efetiva transferência o dia 15 de junho de 2012.

3 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, de acordo com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11. Apresentamos a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPC nº 08/2011:

3.1. Balanço Patrimonial (BP)

Tem como finalidade evidenciar de forma **consolidada** os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários administrados pela PETROS, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

3.2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)

Tem como finalidade evidenciar de forma **consolidada** as modificações sofridas pelo Patrimônio Social ao final de cada exercício.

3.3. Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada a atividade administrativa da entidade, evidenciando as alterac es do fundo administrativo ao final de cada exercício.

3.4. Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Este demonstrativo substitui a Demonstrac o do Resultado do Exercício – DRE e tem como finalidade evidenciar de forma **individualizada** as modificações sofridas pelo ativo líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

3.5. Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL)

Tem como finalidade evidenciar de forma **individualizada** os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios ao final de cada exercício.

3.6. Demonstrac o das Obrigações Atuariais do Plano (DOAP)

Tem como finalidade evidenciar de forma **individualizada** as alterac es do patrimônio de cobertura de cada plano de benefícios ao final de cada exercício.

4 – Resumo das principais práticas contábeis

(a) Registros contábeis

A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a segregac o dos registros contábeis em: **Gestão Previdencial** (atividade de registro e controle das contribuic es, dos benefícios e dos resultados dos planos de benefícios); **Gestão Administrativa** (atividade de registro e controle inerente   administração dos planos de benefícios); e, **Investimentos** (registro e controle referentes   aplicação dos recursos dos planos de benefícios).

Os registros contábeis são efetuados de forma descentralizada, identificados na origem a empresa e o respectivo plano de benefícios, gerando balancetes contábeis individualizados por plano de benefícios.

A PETROS adota a gestão compartilhada dos investimentos, implicando na existência de solidariedade na aplicação dos recursos. Utiliza-se do método do cálculo de cotas para a segregac o dos ativos e apurac o da rentabilidade dos planos.

(b) Gestão Previdencial

(b.1) Contribuic es Previdenciais

As contribuic es previdenciais são escrituradas diretamente nos balancetes de cada plano de benefícios (fluxo primário de recursos).

Os registros relativos às contribuic es de patrocinadoras e participantes vinculados a planos estruturados na modalidade de benefício definido, são escriturados com base no regime de competência. Para os planos estruturados nas modalidades de contribuic o definida e contribuic o variável, as contribuic es são escrituradas na data do efetivo recebimento, inclusive as dos autopatrocinados.

No caso do Plano Petros do Sistema Petrobras, estruturado na modalidade de benefício definido, as contribuic es dos participantes e dos assistidos são calculadas tendo como base os percentuais escalonados de 1,96%, 4,06% e 14,90% ou 1,45%, 3,00% e 11,00%, consoante às faixas salariais ou   opção feita pelo participante. A contribuic o mensal das patrocinadoras corresponde ao total de contribuic es normais recolhidas pelos participantes ativos e assistidos.

Com relação ao Plano Petros-2, estruturado na modalidade de contribuic o variável, por ocasião da revisão contributiva de 2012, a Consultoria Atuarial do Plano recomendou a suspensão da contribuic o de riscos a partir do mês de julho de 2012, com retorno a partir de julho de 2013, baseada na taxa de referência que vinha sendo praticada no valor de 1,05%.

De acordo com o disposto nos artigos 36 e 37 do Regulamento do Plano Petros 2, a Contribuic o de Risco se constitui em uma das rubricas integrantes da Contribuic o Regular. A suspensão dessa contribuic o não representa isenção da parcela destinada ao financiamento dos benefícios de risco, mas sim a sua realocação nas subcontas de Aposentadoria Programada.

(b.2) Provisões matemáticas, equilíbrio técnico e fundos previdenciais

As provisões matemáticas representam os compromissos líquidos futuros assumidos com os benefícios concedidos e a conceder aos participantes, aos assistidos e aos seus beneficiários.

São constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por atuários, utilizando premissas atuariais, econ micas e financeiras, tais como: probabilidade de morte e invalidez, taxa de juros, taxa de inflac o, crescimento real de s lario, idade de aposentadoria, composição familiar, entre outras.

(b.2.1) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas relacionadas aos benefícios de suplementac o de aposentadorias e pensões foram avaliadas com base em dados cadastrais e estatísticos atualizados, da massa de participantes e assistidos, e representam os compromissos dos planos com os benefícios a serem pagos aos mesmos.

(b.2.1.1) Benefícios concedidos

Registram o valor atual dos compromissos correspondentes aos benefícios concedidos a serem pagos pela Fundac o aos participantes, assistidos e beneficiários em gozo de benefícios de prestação continuada.

(b.2.1.2) Benefícios a conceder

Registram o valor atual dos compromissos líquidos correspondentes aos benefícios a conceder pelo plano aos participantes e aos seus beneficiários.

(b.2.2) Equilíbrio técnico

Registra o excedente ou a insuficiência patrimonial (déficit/superávit) dos planos em relação aos seus compromissos totais.

(b.2.3) Fundos previdenciais: regras de constituição e reversão

Apresentam-se de forma sucinta neste item, as regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais dos planos.

(b.2.3.1) Plano Petros 2

Fundo portabilidade e resgate: Constituição: saldos das contas dos participantes que optaram pela portabilidade ou pelo resgate e respectivas rentabilidades; Reversão: valores pagos a título de portabilidade ou resgate.

Fundo especial: Constituição: contribuições especiais das patrocinadoras e respectivas rentabilidades; Reversão: transferência do montante de contribuições especiais devido aos participantes que obtiverem reconhecimento de tempo de atividade especial pela Previdência Social.

Fundo de oscilação de riscos: Constituição: valores transferidos do fundo de riscos ou da conta de benefícios concedidos e respectivas rentabilidades; Reversão: valores destinados à conta de benefícios concedidos para cobertura das provisões matemáticas de benefícios concedidos.

Fundo de risco: Constituição: contribuições de risco e respectivas rentabilidades; Reversão: utilização de valores referentes ao auxílio-doença, ao auxílio-reclusão, ao pecúlio por morte, às garantias mínimas e às eventuais insuficiências da conta portabilidade e resgate.

(b.2.3.2) Planos Repsol, Cachoeira Dourada, CONCEPA, DBA, ALESAT, IBP, FIEPEprev, PTAPrev, PrevFIEPA, PrevFIEA, GasPrev, PETRO-RG, Liquigás e UNIMED-BH

Fundo previdencial: Constituição: saldos remanescentes de resgate e respectivas rentabilidades; Reversão: valores transferidos ao plano conforme definido pela patrocinadora.

(b.2.3.3) Plano Triunfo Vida (até 31/07/2012)

Fundo previdencial - Reversão: Constituição: saldos remanescentes de resgate e respectivas rentabilidades; Reversão: valores transferidos ao plano conforme definido pela patrocinadora.

Fundo previdencial – Outros: Constituição: contribuições normais de risco acrescidas dos saldos transferidos das contas pessoais e patronais dos assistidos em gozo de benefício de invalidez e morte, e respectivas rentabilidades; Reversão: valores destinados à cobertura das provisões matemáticas de benefícios concedidos de pensão por morte e de aposentadoria por invalidez.

(b.2.3.4) Plano SANASA

Fundo previdencial – serviço passado: Constituição: contribuições especiais da patrocinadora destinadas a garantir o montante equivalente ao serviço passado e respectivas rentabilidades; Reversão: transferências de montante equivalente ao serviço passado devido aos participantes que se aposentam.

Fundo previdencial – benefício de risco: Constituição: contribuições de risco e respectivas rentabilidades; Reversão: utilização de valores referentes às suplementações de pensão por morte e de aposentadoria por invalidez.

(b.2.3.5) Plano Petros Nitriflex/DSM

Fundo previdencial: Constituição: valores transferidos da conta reserva especial para revisão do plano e respectiva atualização; Reversão: valores alocados a participantes e patrocinadoras a título de destinação de superávit, bem como valores destinados à recomposição da reserva de contingência quando esta resultar inferior a 25% das provisões matemáticas.

(b.2.3.6) Plano PQU Previdência (até 31/08/2012)

Fundo previdencial – reversão: Constituição: saldos remanescentes de resgate e respectivas rentabilidades; Reversão: valores transferidos ao plano conforme definido pela patrocinadora.

Fundo previdencial – outros: Constituição: contribuições normais de risco acrescidas dos saldos transferidos das contas pessoais e patronais dos assistidos em gozo de benefício de invalidez e morte, e respectivas rentabilidades; Reversão: valores destinados ao pagamento do benefício de auxílio-doença e à cobertura das provisões matemáticas de benefícios concedidos de pensão por morte e de aposentadoria por invalidez.

(b.2.3.7) Plano SulgasPrev

Fundo previdencial – outros – reversão de saldo por exigência regulamentar/fundos de valores remanescentes: Constituição: saldos remanescentes de resgate e respectivas rentabilidades; Reversão: valores transferidos ao plano conforme definido pela patrocinadora, observada a ordem de prioridade.

Fundo previdencial – outros – benefício de risco: Constituição: contribuições de risco e, se for o caso, de valor transferido do fundo de valores remanescentes, acrescidos das respectivas rentabilidades; Reversão: utilização de valores referentes às rendas de pensão por morte e de aposentadoria por invalidez e ao valor do pecúlio por morte.

(c) Investimentos

(c.1) Renda fixa

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários estão classificados em duas categorias, a saber:

(i) **Títulos para negociação** – registram os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização;

(ii) **Títulos mantidos até o vencimento** – títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

O ágio e o deságio na aquisição de títulos são apropriados pela taxa de negociação do título na data de aquisição até o seu vencimento.

(c.1.1) Resultados a realizar

Corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, apurado pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos e o seu valor presente, considerando a taxa de desconto a 6% a.a, nos termos do artigo 5º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002 e foi aprovado pela SPC, conforme ofício nº 1702 / GAB / SPC, de 19 de setembro de 2002.

Os títulos mantidos até o vencimento, seus respectivos vencimentos, valores contábeis e fluxos estão descontados à taxa de 6% a.a.

(c.2) Renda variável

As ações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas e abatidas às devoluções de corretagem e outras taxas incidentes provenientes das operações de compras e avaliadas pelo valor de mercado. Para as ações negociadas em bolsa utiliza-se para avaliação a cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na bolsa de valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor, caracterizando assim pelo regime de competência.

As ações da carteira de participação são valorizadas atendendo ao disposto nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPCs nº 38, 39 e 40 (R1).

(c.3) Investimentos estruturados

Em atendimento à Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, este segmento está classificado da seguinte forma:

I - as cotas de fundos de investimento em participações e as cotas de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento em participações;

II - as cotas de fundos de investimento em empresas emergentes;

III - as cotas de fundos de investimento imobiliário; e

IV - as cotas de fundos de investimento e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multi-mercado, cujos regulamentos observem exclusivamente a legislação estabelecida pela CVM, aplicando-se os limites, requisitos e condições estabelecidos a investidores que não sejam considerados qualificados, nos termos da regulamentação da CVM.

(c.4) Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações. A depreciação incide sobre o valor reavaliado e é calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente constante no laudo de avaliação e/ou reavaliação. No caso de inexistência adota-se a taxa de 2% ao ano.

Os imóveis deverão ser reavaliados pelo menos a cada três anos, de acordo com o item 19 letras “h” e “k” do Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

(c.5) Operações com participantes

As operações com participantes correspondem a empréstimos concedidos aos participantes e assistidos, e seus saldos estão demonstrados pelo valor do principal, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Gestão administrativa

Em atendimento ao determinado na Resolução CGPC nº 28/2009, revogada pela Resolução CNPC nº 08/2011, o Conselho Deliberativo da PETROS aprovou, em 16 de dezembro de 2009, o regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que estabelece a adoção do modelo de gestão compartilhada das fontes e dos usos dos recursos administrativos registrados no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

(d.1) Ativo permanente

O ativo permanente é segregado em imobilizado, intangível e diferido. Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada na aquisição.

No intangível estão registrados, basicamente, os gastos com software, os quais são amortizados à taxa de 20% ao ano.

(d.2) Custeio administrativo

As despesas administrativas são custeadas na sua totalidade pela gestão previdencial e pelo fundo administrativo, não havendo por parte dos investimentos a participação no referido custeio. Conforme determinação da PREVIC, as despesas de administração são desmembradas em gestão previdencial e administração dos investimentos.

Os critérios adotados pela PETROS para a segregação das despesas de administração foram os seguintes:

- Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos foram registrados integralmente como despesas da gestão previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente;

- Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de suporte foram registrados na base de 50% para cada um dos referidos grupos de despesas de administração.

(d.3) Fundo administrativo

Em 24 de junho de 2011, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme Ofício nº 635/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, determinou que a Petros registrasse contabilmente o Fundo Administrativo segregado por Plano de Benefícios.

A metodologia escolhida pela Petros para apurar, por plano de benefícios, os seus custos administrativos foi o modelo de gestão de custos baseados em atividades (ABC – Activities-Based Cost). Esta metodologia se mostrou a mais apropriada para a Fundação, por possibilitar a alocação das despesas administrativas aos serviços e permitir a mensuração dos custos que não agregam valor, contribuindo para a melhor análise dos processos de trabalho, eliminando desperdícios e otimizando o uso dos recursos orçamentários.

Os custos podem ser alocados de forma direta, indireta e de acordo com as atividades de negócio e de suporte.

Alocação direta – o valor da despesa é alocado diretamente no centro de custo dos planos de benefícios.

Alocação indireta – realizada em duas partes; na primeira parte, utiliza-se o direcionador “% de tempo dedicado à atividade”, apropriando os custos dos recursos relacionados às contas de pessoal e encargos às atividades, proporcionalmente ao percentual do esforço despendido pelos funcionários de um setor na realização de suas atividades. Na outra parte, os outros custos são alocados transitados pelo centro de custo de uma determinada área antes de chegar a uma atividade. Ou seja, o registro é efetuado no setor motivador do custo e alocado em uma determinada atividade deste mesmo setor através do direcionador chamado “objeto de despesa”.

Atividade de suporte – são aquelas que suportam as atividades principais ligadas à operação principal da Fundação. As alocações destas atividades nunca serão diretamente para os planos de benefícios, elas ficarão sempre entre os setores da Fundação e suas respectivas atividades.

Atividade de negócio - são todas aquelas que estão diretamente ligadas à produção e/ou execução dos produtos e/ou serviços finais. Os custos destas atividades serão alocados proporcionalmente ao esforço despendido pela área para cada um dos planos de benefícios.

O resultado da alocação acima compõe a movimentação de entradas (taxa de carregamento, outras receitas e rentabilidade positiva) e saídas (despesas administrativas e rentabilidade negativa), para apuração do saldo do fundo administrativo.

Em 28 de março de 2012, após aprovação pelo Conselho Deliberativo da metodologia para o registro contábil da participação dos planos de bene-

fícios no Fundo Administrativo, a Petros passou a registrar a segregação do PGA a partir do 1º trimestre/2012.

O novo modelo de gestão do custeio administrativo desenvolvido revelou que a maioria dos planos de benefícios geridos pela Petros apresentavam déficits administrativos.

Em 14 de agosto de 2012, a Petros encaminhou memorando à PREVIC sobre diversos assuntos, dentre os quais foram tratados a deficiência administrativa dos planos de benefícios.

A Petros estabeleceu modelo de alocação dos custos administrativos, por plano, visando ao equilíbrio financeiro e ao aumento da eficiência administrativa.

Em 13 de novembro de 2012, a PREVIC, em resposta à solicitação do Conselho Fiscal, respondeu, por meio do Ofício nº 4186/2012/CGMC/DIACE/PREVIC, sobre a contabilização da cobertura da insuficiência administrativa com recursos previdenciários do plano. Este assunto foi um dos itens questionados pela Petros à Previc em agosto de 2012.

Em 07 de fevereiro de 2013, a Petros encaminhou, espontaneamente, à Previc a sugestão para a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC"), diante da necessidade e complexidade do assunto, para que seja implementado, em prazo compatível, medidas de adequação nos custeios administrativos dos planos de benefícios, de forma a observar as diretrizes estabelecidas para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

(e) Apuração do resultado

(e.1) – Gestão previdencial

Atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios, bem como o resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

(e.2) – Gestão administrativa

Atividade de registro e controles inerentes à administração dos planos de benefícios.

(e.3) – Investimentos

Resultado da aplicação dos recursos dos Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa (PGA).

5 – Realizável

(a) Gestão previdencial

Apresenta-se na tabela abaixo a composição do realizável da gestão previdencial em 31 de dezembro de 2012 e 2011, e, na sequência, são apresentados os seus principais componentes:

(a.1) Contribuições contratadas

Em 23 de outubro de 2008, as patrocinadoras do Plano Petros do Sistema

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Contribuições a receber	5.844.719	5.226.673
Contribuições Normais	138.334	150.523
Contribuições Contratadas (Nota 5 (a.1))	5.706.385	5.076.150
Créditos a receber de patrocinadoras liquidadas (Nota 5 (a.2))	452.521	412.617
Provisão para perdas na realização de créditos (Nota 5 (a.2))	(452.521)	(412.617)
Resultados a realizar de títulos de renda fixa (Nota 5 (a.3))	499.188	485.582
Depósitos Judiciais/Recurais (Nota 5 (a.4))	984.619	1.159.677
Saldo de Insuficiência – Retirada de Patrocínio (*)	294.107	-
Outros	12.382	53.342
Total	7.635.015	6.925.274

(*) Refere-se ao Plano Petros Copesul

Petrobras, assinaram três Termos de Compromisso Financeiro (TCF) em consequência à homologação de transação judicial, relativa ao plano de pensão, como o previsto no Acordo de Obrigações Recíprocas – AOR firmado pelas patrocinadoras e entidades sindicais. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamentos de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado.

Os objetos dos referidos termos estão identificados da seguinte forma:

• **Termo de compromisso financeiro pré-70:** compromisso atuarial com o Grupo Pré-70, no valor presente de R\$ 1.463.862, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente à diferença resultante da revisão atuarial dos compromissos com esse grupo específico, com base na Tábua de Mortalidade AT-2000, na Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-49 e na Tábua de entrada em invalidez Zimmermann ajustada, tábuas diversas daquelas utilizadas quando da liquidação dessa rubrica no ano de 2001;

• **Termo de compromisso financeiro diferença de pensão:** compromisso atuarial com as pensões, no valor presente de R\$ 682.463, posicionado

em 31 de dezembro de 2006, correspondente à diferença resultante da revisão dos critérios de cálculo das pensões dos participantes, assistidos e pensionistas, que repactuaram;

• **Termo de compromisso financeiro FAT-FC:** compromisso financeiro com o FAT-FC, no valor atualizado de R\$ 2.619.827, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente ao impacto causado no passivo do Plano Petros pela introdução desses fatores para correção dos benefícios.

As tabelas a seguir apresentam, em 31 de dezembro de 2012, os valores do realizável (conta contábil 1.2.1.1.04.99) e do resultado (conta contábil 3.1.3.9) das contribuições contratadas com as patrocinadoras do Plano Petros do Sistema Petrobras, já devidamente atualizado e deduzido dos valores recebidos, conforme definido nos referidos instrumentos contratuais:

Os compromissos serão reajustados pelo IPCA *pro rata die*, acrescido de juros de 6% (seis por cento). No caso do "Termo de Compromisso Financeiro Diferença de Pensão" e do "Termo de Compromisso Financeiro Pré-70", cujos objetos têm natureza atuarial, no último dia de cada exercício

Petros - Evolução do Realizável Previdencial - Outras Contratações com Participantes

Termos de Compromisso	31/12/11	Recebimentos	Atualização 2012	Avaliação Atuarial 2012	31/12/12
Pré-70	1.762.005	(107.282)	205.542	106.181	1.966.446
Petrobras	1.762.005	(107.282)	205.542	106.181	1.966.446
FAT_FC	1.944.343	(117.366)	226.892	-	2.053.869
Petrobras (*)	1.770.893	(106.896)	206.652	-	1.870.649
BR	173.450	(10.470)	20.240	-	183.220
Diferença de Pensão	1.369.802	(82.025)	159.901	238.392	1.686.070
Petrobras (*)	1.300.900	(77.907)	151.857	225.187	1.600.037
BR	68.648	(4.105)	8.014	13.785	86.342
Petros	254	(13)	30	(580)	(309)
Total dos Compromissos	5.076.150	(306.673)	592.335	344.573	5.706.385

Demonstrativo do Resultado dos Termos de Compromisso Financeiro

Termos de Compromisso	Atualização 2012	Impacto Atuarial	Acumulado 31/12/2012
Pré-70	205.542	106.181	311.723
Petrobras	205.542	106.181	311.723
FAT_FC	226.892	-	226.892
Petrobras (*)	206.652	-	206.652
BR	20.240	-	20.240
Diferença de Pensão	159.901	238.392	398.293
Petrobras (*)	151.857	225.187	377.044
BR	8.014	13.785	21.799
Petros	30	(580)	(550)
Total dos Compromissos	592.335	344.573	936.908

(*) A Petroquisa foi incorporada pela Petrobras em 27 de janeiro de 2012 e a Refap transferiu à Petrobras seus bens tangíveis e intangíveis, através de contrato celebrado em 31 de julho de 2012.

os compromissos neles previstos sofrerão um ajuste atuarial, realizado de acordo com os regimes financeiros, métodos de financiamento, hipóteses atuariais e demais procedimentos técnicos adotados para as avaliações atuariais do Plano Petros do Sistema Petrobras, de forma a refletir efetivamente a natureza atuarial do compromisso contratado.

O ajuste atuarial apresentado, calculado em 2012, decorreu, por um lado, do acréscimo nas reservas matemáticas do plano, em função da redução da premissa de taxa de retorno esperada dos investimentos (de 6% a.a. para 5,5% a.a.) e, por outro lado, da revisão dos patrimônios líquidos associados aos Termos de Compromisso Financeiro "Pré-70" e "Diferença de Pensão".

A revisão dos Patrimônios Líquidos associados aos Termos "Pré-70" e "Diferença de Pensão" decorreu do reprocessamento dos valores de receitas e despesas previdenciais utilizados na sua evolução para contem-

plar novas rubricas surgidas ao longo de sua vigência e desconsiderar o equívoco identificado no Termo Pré-70, relativamente aos exercícios de 2007 e 2008, quando as despesas previdenciais do grupo Pré-70 foram apropriadas incorretamente, além das correções de índices de atualização monetária (IPCA) utilizados nos cálculos das receitas financeiras apropriadas aos patrimônios.

Com base em entendimentos mantidos entre a Petros e a patrocinadora Petrobras, foram revistos os critérios de reajustes dos patrimônios associados aos Termos "Pré-70" e "Diferença de Pensão" para fins de apuração do Ajuste Atuarial, em conformidade às cláusulas constantes nos mencionados Termos.

Os impactos destes ajustes em exercícios anteriores estão demonstrados abaixo:

Ano	Termos de Compromisso							
	Pré-70		Pensão		FAT/FC	Consolidado		Diferença
	Saldo Contábil	Saldo Ajustado	Saldo Contábil	Saldo Ajustado	Saldo Contábil Inalterado	Saldo Contábil	Saldo Ajustado	
2008	1.822.128	-	845.220	-	1.656.839	4.324.187	-	-
2009	1.406.038	2.216.383	1.173.780	1.128.779	1.725.171	4.304.990	5.070.334	765.344
2010	1.743.126	2.365.094	1.219.988	1.170.218	1.825.251	4.788.366	5.360.563	572.198
2011	1.762.005	2.565.589	1.369.802	1.314.343	1.944.343	5.076.150	5.824.276	748.125
2012	1.966.446	-	1.686.070	-	2.053.869	5.706.385	-	-

(a.2) Créditos a receber de patrocinadoras liquidadas

Os créditos a receber de patrocinadoras liquidadas (Petrobras Mineração S.A. - PETROMISA e Petrobras Comércio Internacional S.A. - INTERBRAS), no montante de R\$ 452.521 (R\$ 412.617 em 31 de dezembro de 2011) são objeto de ação judicial contra a União Federal e estão totalmente provisionados.

Trata-se de ações propostas visando ao recebimento das contribuições de retirada de Patrocínio devidas pela União Federal em razão da liquidação da PETROMISA – Petróleo Mineração S.A. e da INTERBRÁS – Petrobrás Comércio Internacional S.A., determinada pela Lei nº 8.029/90.

Proferidas as sentenças, a União Federal foi condenada a pagar à PETROS:

(i) A importância de R\$ 9.120, corrigida monetariamente a partir de 31 de dezembro de 1997 até o efetivo pagamento, acrescida de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano a contar da data da citação, mais custas, taxas, despesas e honorários periciais, além de honorários advocatícios, referentes à extinção da PETROMISA – Petróleo Mineração S.A. (Processo nº 98.0004377-2 que tramita na 23ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro) e;

(ii) A importância de R\$ 84.261, corrigida monetariamente a partir de 31 de dezembro de 1997 até o efetivo pagamento, acrescida de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano a contar da data da citação, mais custas, taxas, despesas e honorários periciais, além de honorários advocatícios, referentes à extinção da INTERBRÁS – Petrobrás Comércio Internacional S.A. (Processo nº 98.0004378-0 que tramita na 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro).

Após a interposição dos recursos, os acordãos mantiveram as sentenças de procedência do pleito, ensejando a oposição de embargos declaratórios. No caso da Interbrás, os embargos da União Federal foram rejeitados, ensejando a interposição de recurso especial ainda não apreciado. Na ação da Petromisa os embargos também não foram acolhidos, ensejando a oposição de embargos infringentes pela Petros e devidamente admitidos pelo Desembargador Federal competente, que atualmente está com vistas ao Ministério Público, para o oferecimento de parecer.

(a.3) Resultados a realizar

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo está composto da seguinte forma:

Tipo de Título	Emissor	Vencimento	Valor Contábil	Fluxo Descontado	Diferença
Letras Hipotecárias	CEF	15/02/21	12.039	15.631	3.592
NTN-C	Tesouro Nacional	01/04/21	553.960	738.453	184.493
NTN-C	Tesouro Nacional	01/01/31	686.712	997.815	311.103
Total			1.252.711	1.751.899	499.188

(a.4) Depósitos judiciais/recursais

Relacionamos abaixo a composição dos depósitos judiciais/recursais relativos às contingências passivas da gestão previdencial:

Planos	31/12/2012	31/12/2011
Plano Petros do Sistema Petrobras	803.960	1.000.335
Plano Petros - Empresas Privatizadas	179.660	157.500
Plano Petros Copesul	136.798	116.340
Plano Petros Ultrafertil	28.925	27.798
Plano Petros Lanxess	10.761	12.714
Plano Petros Nitriflex	497	418
Plano Petros Braskem	2.679	217
Plano Petros PQU	-	13
Contribuição Definida/Variável	999	1.842
Plano Petros 2	851	1.698
Plano TAPMEPrev	124	-
Outros	24	144
Total	984.619	1.159.677

A variação apresentada no Plano Petros Sistema Petrobras, refere-se, basicamente, ao levantamento dos valores depositados em juízo pelos autores em virtude de decisão judicial transitado em julgado (Abel Muniz e outros) e novos depósitos efetuados no decorrer do exercício de 2012.

(b) Gestão administrativa

Apresenta-se na tabela abaixo a composição do realizável da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Contas a Receber	6.340	4.730
Responsabilidade de Empregados	3.973	3.533
Responsabilidade de Terceiros	844	1.091
Outros Recursos a Receber	1.523	106
Despesas Antecipadas	61	508
Depósitos Judiciais e Recursais (*)	178.715	183.441
Outros Realizáveis	351	351
Total	185.467	189.030

(*) Refere-se, basicamente, ao depósito judicial da Ação Ordinária Opportunity.

(c) Investimentos

(c.1) Composição da carteira de investimentos

Os títulos de renda fixa e renda variável encontram-se custodiados no Banco Bradesco S.A., e a carteira de investimentos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está composta conforme discriminado a seguir:

Investimentos	31/12/2012	31/12/2011
Títulos Públicos	21.223.056	17.072.697
Títulos Públicos Federais	20.723.961	16.638.028
Notas do Tesouro Nacional	20.723.961	16.638.028
Títulos Públicos Estaduais	499.095	434.669
Letras Financeiras do Tesouro Santa Catarina	499.095	434.669
Créditos Privados e Depósitos	1.931.367	2.089.885
Instituições Financeiras	1.142.838	1.210.620
Certificado de Depósito Bancário	433.016	398.911
Letras Hipotecárias	12.040	11.355
Cédula de Crédito Bancário - CCB	628.067	689.511
Cédulas de Crédito Imobiliário	9.783	-
Certificado Cédula de Crédito Bancário	59.932	110.843
Companhias Abertas	246.193	360.291
Debêntures Conversíveis	48.002	47.268
Debêntures não Conversíveis	145.226	315.628
Cédula de Crédito Bancário	5.573	(2.605)
Certificados Receb. Imobiliários	47.392	-
Companhias Fechadas	443.498	421.755
Debêntures não Conversíveis	34.123	30.856
Cédulas de Crédito Imobiliário	409.375	390.899
Sociedades de Propósito Específico	98.838	97.219
Debêntures não Conversíveis	98.838	97.219
Ações	18.517.872	14.017.124
Instituições Financeiras	298.697	255.032
Companhias Abertas	17.941.174	13.605.415
À Vista	17.941.174	13.605.415
Sociedades de Propósito Específico	278.001	146.001
Empréstimo de Ações	-	10.676
Fundos de Investimentos	20.802.274	21.370.453
Renda Fixa	507.449	800.355
Ações (*)	6.758.198	7.451.614
Multimercado	9.219.062	9.234.094
Direito Creditórios	171.566	185.690
Empresas Emergentes	86.075	96.805
Participações	3.888.077	3.458.741
Imobiliário	171.847	143.154
Investimentos Imobiliários	2.997.045	1.894.694
Terrenos	12.000	10.904
Imóveis em Construção	380.502	251.175
Aluguéis e Renda	2.549.930	1.560.558
Locadas a Patrocinador(es)	435.442	380.919
Locadas a Terceiro	1.776.597	916.913
Rendas de Participações	337.891	262.726
Direitos em Aliações de Investimentos Imob.	54.613	72.057
Empréstimos e Financiamentos	1.850.088	1.563.246
Empréstimos	1.850.088	1.563.246
Total do Realizável de Investimentos	67.321.702*	58.008.099*

(*) Inclui o FIP BR Oléo e Gás no montante de R\$ 2.547.

(c.2) Carteira de títulos de renda fixa

A classificação da carteira de títulos de renda fixa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 pode ser assim demonstrada:

Papel	31/12/2012	31/12/2011
Título mantidos até o vencimento		
Títulos do Governo Federal ⁽¹⁾	2.215.239	2.201.968
Notas do Tesouro Nacional ^(1.1)	1.509.627	1.392.864
Cédula de Crédito Bancário - CCB	633.640	686.906
Letras Hipotecárias	12.040	11.355
Certificado Cédula de Crédito Bancário	59.932	110.843
Títulos Públicos Estaduais	499.095	434.669
LFT - Santa Catarina	499.095	434.669
	2.714.334	2.636.637
Títulos para Negociação		
Títulos do Governo Federal		
Notas do Tesouro Nacional ^(1.2)	19.214.334	15.245.164
	19.214.334	15.245.164
Aplicações em Instituições Financeiras		
Cotas de Fundos de Investimento - Renda Fixa	507.449	800.355
Certificado de Depósito Bancário	433.016	398.911
Fundos de Investimentos Direitos Creditórios	171.566	185.690
Fundos de Investimentos de Multimercado ⁽²⁾⁽³⁾	9.219.062	9.234.094
Cédula de Crédito Imobiliário	9.783	-
	10.340.876	10.619.050
Títulos de Empresas		
Debêntures Conversíveis	48.002	47.268
Debêntures não Conversíveis	179.349	346.484
Cédulas de Crédito Imobiliário	409.375	390.899
	636.726	784.651
Total da Carteira de Renda Fixa	32.906.270	29.285.502

(1) A administração da Fundação manifesta a intenção de manter estes títulos até seus respectivos vencimentos, dispondo, para tanto, de capacidade financeira, como tem sido atestado por ocasião da elaboração de suas políticas de investimentos. Anualmente são elaborados estudos gerenciais internos com software de "gestão de ativos e passivos" (ALM), que simulam cenários confrontando os fluxos esperados de receitas (financeiras e previdenciais) e de despesas previdenciais, com as necessidades de liquidez dos planos administrados pela PETROS, no curto, médio e longo prazos:

(1.1) Vencimentos	31/12/2012	31/12/2012
01/04/2021	553.960	501.574
01/01/2031	686.712	638.302
15/05/2017	268.956	252.988
	1.509.628	1.392.864
(1.2) Vencimentos	31/12/2012	31/12/2012
01/01/2012	-	62.378
01/01/2013	157.278	157.185
01/01/2014	61.771	59.733
15/08/2014	1.135.409	1.024.789
15/05/2015	75.208	66.793
01/01/2017	110.249	100.953
15/05/2017	370.610	317.165
15/08/2020	477.302	392.110
15/08/2024	2.018.896	1.629.829
15/08/2040	3.481.992	2.634.933
15/05/2045	5.265.638	4.163.813
15/08/2050	6.059.980	4.635.483
	19.214.334	15.245.164
Total	20.723.961	16.638.028

(2) As Cédulas de Crédito Bancário – CCB's, no total de R\$ 924.899 dentro dos fundos de investimentos exclusivos, estão classificadas como "títulos mantidos até o vencimento";

(3) A carteira de fundos de investimentos - multimercado inclui R\$ 5.231.784, correspondentes aos planos de benefícios de "contribuição definida" e "contribuição variável", assim demonstrados:

Composição da Carteira Fundos Investimentos Multimercado dos Planos CD/CV

Planos	31/12/2012	31/12/2011
Planos Patrocinados	4.730.163	3.322.123
REPSOL YPF	21.422	20.813
CDSA	5.871	4.992
CONCEPA	403	364
DBA	16.761	15.076
TRANSPETRO	12.270	171.023
TRIUNFO	8.634	16.716
ALESAT	9.015	6.999
IBP	8.524	4.853
PQU	8.370	13.914
COPELPREV	634	1.994
SANASA	86.742	69.811
MANGUINHOS	42	45
TERMOPREV	579	561
FIEPEPREV	21.240	16.331
PETROS 2	4.265.119	2.935.360
TBG	623	10.957
PTAPREV	7.488	5.414
PREVIEPA	7.103	4.484
PREVIEA	3.774	2.027
LIQUIGÁS	21.884	11.437
GASPREV	9.438	4.912
PETRO RG	3.672	2.614
SULGASPREV	2.939	1.426
TAPMEPREV	207.616	-
Planos Instituídos	501.621	417.235
SIMEPREV	9.880	5.410
IBA	9.444	7.036
CULTURAPREV	5.002	4.103
SINMED-RJ	1.566	1.198
CRO-PREV	10.862	7.850
CRA-PREV	3.512	2.852
ADUANAPREV	3.478	2.853
ANAPARPREV	170.428	160.536
FENAJPREV	1.105	795
PREVITTEL	295	230
UNIMED/BH	252.137	201.869
UNIMED/BH - Cooperado	30.156	20.509
PREVICONTAS	1.492	832
PREVÍTALIA	275	158
PREV-ESTAT	167	93
CRCPREV	265	127
PREVTRAN	1.547	781
ESPORTEPREV	10	3
Total	5.231.784	3.739.358

(c.3) Renda variável – carteira de participações

A carteira de participações representa 78% dos investimentos no segmento de Renda Variável (Ações), sendo composta da seguinte forma:

Carteira/Empresa	31/12/2012			31/12/2011		
	Quantidade	Cotação Mercado	Valor de Mercado	Quantidade	Cotação Mercado	Valor de Mercado
ALL América Latina ON	25.236.123	8,31	209.712	25.236.123	9,30	234.696
Braskem ON (i)	1.914.100	9,60	18.375	1.914.100	11,78	22.548
BRF - Brasil Foods ON (ii)	105.530.873	42,19	4.452.348	87.247.325	36,42	3.177.548
Coelce PNA (iii)	2.972.867	45,00	133.779	2.972.867	34,45	102.415
Dasa ON	31.180.302	13,19	411.268	-	-	-
Fiago ON	74.343.754	0,01	432	74.343.754	0,00	311
Fras-le ON (iv)	8.474.999	6,03	51.104	8.474.999	3,10	26.272
GTD ON	6.696.556	0,22	1.473	5.147.644	0,27	1.390
GTD PN	6.012.149	0,22	1.323	4.621.644	0,28	1.294
Iguatemi ON	16.369.296	27,24	445.900	8.184.648	34,66	283.680
Inepar Energia ON	-	-	-	6.359.411	0,16	1.018
Inepar Energia PNA	-	-	-	14.605.413	0,10	1.461
Invepar ON (v)	35.764.281	20,67	739.250	24.807.326	15,45	383.301
Invepar PN (v)	71.528.561	20,67	1.478.500	49.614.651	15,45	766.603
Invitel Legacy ON	65.429.228	0,00	39	65.429.228	0,00	82
Itausa ON (vi)	262.789.743	14,49	3.807.823	233.658.359	14,40	3.364.680
JBS ON (vii)	84.356.450	6,00	506.139	33.060.600	6,08	201.008
Leblon Equity IV	400.202	73,50	29.416	136.686	114,00	13.875
Litel ON 1	73	11,00	1	73	11,00	1
Litel PNA 1	146	10,99	2	146	10,99	2
Log-In Logística ON	11.735.296	8,55	100.337	11.735.296	6,86	80.504
Lupatech ON (viii)	38.539.906	1,65	63.591	7.150.201	4,45	31.818
Marcopolo PN	41.645.550	12,90	537.228	41.645.550	7,09	295.267
Newtel ON 1	19.484.424	0,04	728	19.484.424	0,12	2.286
Parapanema ON (ix)	37.702.022	4,96	187.002	37.702.022	2,95	111.221
Petrobras ON	29.929.313	19,55	585.118	29.929.313	23,00	688.374
Petrobras PN	22.157.001	19,52	432.505	22.157.001	21,49	476.154
Romi ON	7.016.146	4,62	32.415	7.016.146	6,74	47.289
Telebras PN 2	22.685	8,00	181	22.685	17,50	397
Telebras Recibo PN	226.852.334	0,03	7.602	226.852.334	0,03	7.602
TELEF BRASIL PN	3.009	49,00	147	3.009	51,90	156
Telemar Participações ON (x)	218.777.747	4,08	892.133	218.777.747	4,08	892.133
Totvs ON	16.042.359	40,39	647.951	14.547.787	33,26	483.859
Vanguarda Agro ON (xi)	28.776.137	0,41	11.798	28.776.137	0,32	9.208
Carteira Ativa III (Mellon) - FIA 3 (xii)	68.272.121	58,60	4.000.932	68.272.121	69,25	5.469.048
			19.786.551			17.177.502

¹ Patrimônio líquido.

² Ações na justiça.

³ Em 23/11/2012 ocorreu a cisão de todos os ativos detidos pela Petros no Carteira Ativa II FIA, com a imediata transferência destes para o CARTEIRA ATIVA III FIA. Fundo detentor das ações da Vale do Rio Doce.

⁴ Fundo detentor de ações Coteminas.

Seguem as explicações das principais variações:

(i) Braskem ON – A performance das ações foi impactada pelo seu baixo nível de liquidez, elevando o desconto sobre as ações preferenciais da Companhia, não tendo sido ocasionado por nenhum fator relacionado aos fundamentos da Companhia ou do setor.

(ii) BRF – Brasil Foods ON – A valorização ocorreu tanto pelo aumento de participação junto à Companhia (de 11,31% para 12,10%), quanto pela retomada de margens. Diante de um cenário de rápida e intensa aceleração dos preços dos insumos (principalmente grãos) e, conseqüentemente, redução de margem, a Administração da BRF adotou, e divulgou ao mercado, a estratégia de reajuste dos preços ao consumidor final ao longo do ano de 2012, recuperando, assim, os níveis históricos de margem da Companhia. Tal estratégia de elevação nos preços foi bem recebida pelo mercado financeiro, tendo reflexo direto na apreciação da cotação do papel após a divulgação desta.

(iii) Coelce PNA – As ações reagiram positivamente ao anúncio da reestruturação societária da chilena Enersis, que envolve, além da incorporação dos ativos da Endesa na América Latina, a possibilidade de fechamento de capital de algumas empresas do grupo, entre elas a Coelce, levando à precificação pelo mercado.

(iv) Fras-le ON – As ações ordinárias estão sujeitas a distorções de preços ocasionadas por movimentos especulativos de mercado em razão de sua baixa liquidez, não refletindo necessariamente os fundamentos da empresa.

(v) Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – Invepar, em 2011, foi considerado o valor por ação com base no último aporte de capital na Companhia em 28/12/2011. Em 2012, a Petros contratou o Banco Santander Brasil S.A. para elaborar avaliações econômico-financeiras do Grupo Invepar, utilizando como data-base 31 de dezembro de 2012. O Relatório de Avaliação indicou valor econômico para a Invepar de R\$ 8,871 bilhões, que equivale a R\$ 20,67/ação, sendo este utilizado na precificação em 31 de dezembro de 2012. Além disso, ocorreram novos ingressos de ativos no

portfólio (CRA, Aeroporto de Guarulhos, Via Parque Rímaq e CTO) e revisão de premissas de Metrô Rio (entrega dos novos trens).

(vi) Itausa ON – A valorização das ações ordinárias pode ser explicada, em grande parte, por distorções nos preços causados pelo baixo volume negociado.

(vii) JBS ON – As ações vêm reagindo positivamente em razão da expectativa de que a queda no preço do gado em 2013 reduza custos, eleve lucros e melhore o endividamento da Companhia.

(viii) Lupatech ON – não foi identificado nenhum fator novo que tenha contribuído para o desempenho observado em dezembro de 2012. A Companhia continua a ser penalizada pelo mercado por sua baixa visibilidade e ausência de catalisadores para os resultados.

(ix) Paranapanema ON – A forte valorização da ação pode ser explicada pela decisão do Governo de prorrogar o regime de desoneração fiscal das exportadoras, o Reintegra, por mais um ano.

(x) Telemar Participações S.A. – Constantes da carteira de participação foram precificadas considerando a última negociação, que ocorreu em 31 de março de 2011.

(xi) Vanguarda ON – As ações reagiram positivamente às medidas anunciadas no final do mês de novembro: (a) o aumento de capital de R\$ 350 milhões e (b) a entrada de novo investidor – Gávea Investimentos. Além disso, a entrada do novo presidente vem gerando expectativas de melhorias na gestão da companhia.

(xii) Carteira Ativa III FIA – A precificação leva em consideração laudo de avaliação econômico-financeira e a queda verificada está relacionada, principalmente, à significativa redução das estimativas de preço do minério de ferro no médio e longo prazos.

(c.4) Investimentos estruturados

Relacionamos a composição dos investimentos estruturados:

Investimentos	Dezembro/2012		Rentabilidade %		
	em R\$ mil	em %	mês	ano	12 meses
Investimentos Estruturados	4.148.546	6,23	(0,10)	5,31	5,31
Fundos de Investimentos - Estruturados	3.976.699	5,97	0,01	4,69	4,69
Fundos de Investimentos em Participação	3.890.624	5,84	0,05	4,96	4,96
Private Equity	1.787.097	2,68	0,97	12,34	12,34
Governança	2.103.528	3,16	(0,63)	(0,20)	(0,20)
Fundos Venture Capital/Empresas Emergentes	86.075	0,13	(1,94)	(5,76)	(5,76)
Fundos de Investimentos Imobiliários	171.847	0,26	(2,49)	20,99	20,99

(c.5) Reavaliação de imóvel

Relacionamos abaixo os imóveis reavaliados e contabilizados em 2012.

Imóvel	Empresa Avaliadora	Data da Avaliação	Data da Contab.	Valor		
				Contábil	Reavaliado	Impacto Resultado
CONJUNTO PITUBA	ENGEBE - Empresa Brasileira de Engenharia Econômica Ltda	15/02/12	fev-12	83.439	83.586	147
EDIFÍCIO PAULISTA 500 (7º E 8º ANDAR)	ENGEBE	11/06/12	jul-12	25.515	31.800	6.285
EDIFÍCIO PAULISTA 500 (9º ANDAR)	ENGEBE	11/06/12	jul-12	13.785	15.900	2.115
PARK AVENUE	Análítica Engenharia de Avaliações Ltda	06/08/12	ago-12	2.415	2.800	385
ED. OURO NEGRO - LOC.PATROC	Câmara de Consultores Associados S/C Ltda	23/10/12	out-12	45.055	52.129	7.075
HORTA BARBOSA	Câmara de Consultores Associados S/C Ltda	23/10/12	out-12	188.332	217.550	29.218
I-Total - Edificações Locadas a Patrocinadores - ELP				358.540	403.765	45.225
OAB	ENGEBE	12/03/12	abr-12	6.382	8.062	1.680
RIO OFFICE PARK 4	ENGEBE	28/03/12	jun-12	7.746	9.155	1.409
RIO OFFICE PARK 5	ENGEBE	28/03/12	jun-12	21.389	22.789	1.400
SÃO LUIZ (TORRE IV)	ENGEBE	11/06/12	jun-12	79.931	86.870	6.939
MONTEIRO LOBATO	ENGEBE	11/06/12	jun-12	22.362	24.998	2.636
CENTRO EMPRES. S.P.	ENGEBE	11/06/12	jul-12	41.199	45.222	4.023
CONTINENTAL SQUARE	ENGEBE	11/06/12	jul-12	50.767	56.893	6.126
PAULISTA 500 (DIVERSAS UNIDADES)	ENGEBE	11/06/12	jul-12	43.855	49.543	5.688
PAULISTA 500 (3º ANDAR)	ENGEBE	11/06/12	jul-12	16.583	15.900	(683)
PAULISTA 500 (5º ANDAR)	ENGEBE	11/06/12	jul-12	16.564	15.900	(664)
HIPER BOM MARCHÉ	Câmara de Consultores Associados S/C Ltda	31/08/12	ago-12	11.743	13.320	1.577
HIPER BOM PREÇO BAHIA	ENGEBE	11/07/12	ago-12	24.844	32.051	7.207
CENTRO EMPRESARIAL VARIG	FIDE - Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda	12/07/12	ago-12	35.055	45.085	10.030
CENTRO SÉCULO XXI	Análítica Engenharia de Avaliações Ltda	06/08/12	ago-12	16.289	19.319	3.030
EDIFÍCIO PORTO BRASÍLIS	Instituto Urbanométrica de Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda	21/08/12	ago-12	181.602	267.589	85.987
HIPER CASA FORTE	FIDE	24/08/12	set-12	79.287	87.000	7.713
HIPER BOM PREÇO NATAL	FIDE	24/08/12	set-12	51.930	55.400	3.470
BUSINESS PARK JUNDIAÍ-ITUPEVA	Instituto Urbanométrica de Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda	21/08/12	set-12	303.795	332.251	28.456
TEND TUDO	Câmara de Consultores Associados S/C Ltda	18/10/12	out-12	11.621	14.605	2.984
ED.PETROS-LOJA	Análítica Engenharia de Avaliações Ltda	31/10/12	out-12	16.626	18.700	2.074
ED. OURO NEGRO	Câmara de Consultores Associados S/C Ltda	23/10/12	out-12	26.941	31.171	4.230
II -Total - Edificações Locadas a Terceiros - ELT				1.066.510	1.251.823	185.313
SHOPPING DEL REY	Câmara de Consultores Associados S/C Ltda	31/08/12	ago-12	57.761	64.676	6.915
SHOPPING VITÓRIA	FIDE	24/08/12	set-12	55.109	75.729	20.620
SHOPPING VITÓRIA - EXPANSÃO	FIDE	24/08/12	set-12	27.271	35.720	8.449
IGUATEMI FORTALEZA	FIDE	28/09/12	nov-12	98.423	136.954	38.530
IGUATEMI FORTALEZA - EXPANSÃO	FIDE	28/09/12	nov-12	18.747	26.086	7.339
III -Total - Renda e Participações em Shopping Centers - RPS				257.311	339.165	81.854
SHOPPING VITÓRIA - TERRENO	FIDE	28/09/12	nov-12	10.204	11.960	1.756
IV -Total - Terrenos - TER				10.204	11.960	1.756
ED.PETROS/ESCRITÓRIO	Análítica Engenharia de Avaliações Ltda	31/10/12	dez-12	39.156	53.542	14.386
V -Total - Ativo Permanente Imóveis - API				39.156	53.542	14.386
VI = I+II+III+IV - Total Geral				1.731.722	2.060.255	328.533

c.6) Provisões para perdas

As provisões foram constituídas levando em consideração os riscos e incertezas, segundo critérios definidos na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

A Fundação mantém Provisão para perda em Investimentos de R\$ 239.732 (R\$ 101.409 em 31 de dezembro de 2011) referente às aplicações que se encontram pendentes de decisão judicial com remota possibilidade de êxito em favor da PETROS, conforme apresentado a seguir:

Descrição	Data de Provisão	31/12/2012	31/12/2011
Cia. Nova América – aplicação em debêntures. Foi ajuizada ação na 10ª Vara Cível visando à recuperação do crédito.	08/98	8.148	8.148
Lojas Arapuã – aplicação em debêntures, estando a companhia em situação concordatária desde junho de 1998. O assunto está sendo estudado pelos debenturistas para a adoção de providências.	09/99	5.433	5.433
Feniciapar – aplicação em debêntures de recebíveis da Arapuã que está em concordata.	11/03	4.575	4.575
Hospital da Bahia e Boa Viagem Medical Center - CRI. As garantias apresentadas pelos emissores do ativo encontram-se em fase de execução.	03/09	66.719	66.719
Cédula de Crédito Bancário – ALLCRED, devido ao atraso no pagamento do fluxo de amortização e juros ser superior a 61 dias.	11/11	19.310	4.864
Cédula de Crédito Bancário – CELPA / CELPA SP. - As mesmas entraram em regime de recuperação judicial no final de fevereiro, com isso, passou a não mais honrar com o pagamento das parcelas das CCBs emitidas e alocadas na carteira Proprietária da Fundação, provocando, portanto, os provisionamentos de 25% referente a abril e 50% referente a julho.	06/12	57.036	-
Cédula de Crédito Bancário – Providax Participações S.A., devido à inadimplência no pagamento do fluxo e amortização e juros superior a 61 dias.	nov/12	13.439	-
Certificado Cédula de Crédito Bancário - SEMEAR, devido ao atraso no pagamento do fluxo de amortização e juros ser superior a 61 dias.	12/11	16.885	8.181
Cédula de Crédito Imobiliário – Laima Participações Ltda, devido à inadimplência de mais de 121 e 61 dias.	07/12	17.458	-
Cédula de Crédito Imobiliário – Atac Participação e Agropecuária Ltda.,devido à inadimplência no pagamento do fluxo de amortização e juros superior a 121 dias.	out/12	27.240	-
Outros	08/98	3.489	3.489
Total		239.732	101.409

A Fundação constituiu provisões para créditos de liquidação duvidosa no segmento de imóveis para renda – Aluguéis, no valor de R\$ 1.428 (R\$ 370 em 31 de dezembro de 2011), e no segmento operações com participantes – empréstimos de R\$ 6.497 (R\$ 5.525 em 31 de dezembro de 2011), conforme apresentado na tabela abaixo:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Investimentos Imobiliários	1.428	370
Locadas a Patrocinadoras	946	264
Locadas a Terceiros	482	106
Operações com Participantes	6.497	5.525
Planos de Benefícios Definido	6.336	5.247
Planos de Contribuição Definida / Variável	161	278
Total	7.925	5.895

6 - Permanente

A composição do saldo é demonstrada a seguir com as respectivas taxas de depreciações/amortizações:

Descrição	Taxa de Depreciação no ano (%)	Saldo Dez/2011	Entradas / Saídas	Depreciação / Amortização	Saldo Dez/2012
Imobilizado		43.472	22.477	(2.833)	63.116
Bens Móveis		4.812	6.459	(1.870)	9.401
Instalações	10%	309	237	(39)	507
Móveis e Utensílios	10%	336	129	(70)	395
Máquinas e Equipamentos	10%	424	4.216	(200)	4.440
Processamento de Dados	20%	3.743	1.877	(1.561)	4.059
Bens Imóveis		38.660	16.018	(963)	53.715
Imóveis - Terrenos	-	11.610	2.904	-	14.514
Imóveis - Construção	2%	25.217	12.976	(963)	37.230
Imóveis - Instalações	10%	1.833	138	-	1.971
Intangível		56.904	13.077	(8.775)	61.206
Software	20%	21.795	28.100	(8.775)	41.120
Software em Desenvolvimento		35.109	(15.023)		20.086
Total		100.376	35.554	(11.608)	124.322

* Refere-se a reclassificações para rubrica Software

7 - Exigível operacional

A composição das contas que compõem esta rubrica está demonstrada a seguir:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Gestão Previdencial	2.091.969	333.334
Benefícios a Pagar	66.227	59.440
Saldo de Retirada de Patrocínio	1.718.283	187.883*
Retenções a Recolher	1	147*
Recursos Antecipados/Outras Exigibilidades	49.821	85.019*
Saldo Excedente – Retirada de Patrocínio	257.637	845*
Gestão Administrativa	35.117	26.548
Contas a Pagar	7.184	7.080
Retenções a Recolher	2.107	2.884
Pessoal e Encargos	17.824	11.826
Fornecedores	2.665	2.345
Outras	5.337	2.413
Investimentos	609.040	22.296
Ações	597.944	17.776
Fundos de Investimentos	21	31
Investimentos Imobiliários	10.049	3.000
Empréstimos e Financiamentos	776	1.411
Relacionados com o Disponível	155	71
Outras Exigibilidades	95	7
Total	2.736.126	382.178

(*) Valores reclassificados para fins de comparabilidade.

(a) Gestão previdencial

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$ 2.091.969 (R\$ 333.334 em 31 de dezembro de 2011) registrado neste grupo, representa as retenções de Imposto de Renda, consignações referentes à folha de assistidos, saldo de contas de ex-participantes, constituição do Fundo de Retirada de Patrocínio referente aos Planos: Plano Petros Braskem, Plano Petros PQU, Plano Petros Copesul, PQU Previdência, Copesulprev, Transpetro, Manguinhos, TBG e Triunfo Vida no valor de R\$ 1.718.283 (R\$ 187.883 em 31 de dezembro de 2011) e constituição do Saldo Excedente de Retirada de Patrocínio do Plano Copesulprev no valor de R\$ 257.637.

(b) Gestão administrativa

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$ 35.117 (R\$ 26.548 em 31 de dezembro de 2011) registrado neste grupo representa, basicamente, os saldos de previsão de pessoal e encargos (R\$ 17.824), fornecedores e outras contas a pagar (R\$ 7.184) e retenções a recolher (R\$ 8.002).

(c) Investimentos

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$ 609.040 (R\$ 22.296 em 31 de dezembro de 2011) registrado neste grupo representa, basicamente, os

salos de contas a pagar de ações (R\$ 597.944), de acordo com as aquisições efetuadas a partir de 26 de dezembro de 2012, tais como: Brasil Foods (R\$ 56.703), BVMF (R\$ 122.820), Cemig (R\$ 71.440), Ciclo (R\$ 75.953), Natura (R\$ 40.493), Santander (R\$ 87.097), Gerdau (R\$ 29.641) e Vale (R\$ 49.423), entre outras; de investimentos imobiliários (R\$ 10.049) e operações com participantes – empréstimos (R\$ 776).

8 – Exigível contingencial

As provisões contingenciais decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências são avaliadas por escritórios jurídicos terceirizados que representam a PETROS em tais demandas, levando em consideração a probabilidade de exigência de recursos financeiros para liquidação das obrigações, sendo estimados os montantes e submetidos trimestralmente para exame da empresa de auditoria independente. Os processos judiciais e suas classificações são revisados periodicamente pela gerência jurídica da Fundação.

Em 31 de dezembro de 2012 a PETROS encerrou esta conta com o montante de R\$ 1.950.189 (R\$ 1.464.963 em 31 de dezembro de 2011).

Planos	31/12/12	31/12/11
Gestão Previdencial	1.770.866	1.277.562
Plano Petros do Sistema Petrobras	1.412.787	1.004.894
Plano Petros - Empresas Privatizadas	356.935	270.826
Plano Petros Copesul	209.797	136.005
Plano Petros Ultrafertil	41.379	34.867
Plano Petros Lanxess	70.321	68.902
Plano Petros Nitriflex	1.853	2.206
Plano Petros Braskem	28.509	27.946
Plano Petros PQU	5.076	900
Contribuição Definida/Variável	1.144	1.842
Plano Petros 2	851	1.698
Plano TAPMEPrev	268	-
Outros	25	144
Gestão Administrativa	179.323	187.401
Total	1.950.189	1.464.963

(a) Gestão previdencial

Foram constituídas provisões para absorver perdas consideradas prováveis, em função de ações ajuizadas contra a PETROS, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$ 1.770.866 (R\$ 1.277.562 em 31 de dezembro de 2011).

Apresentamos a seguir os principais objetos das ações, por plano de benefícios:

(a.1) Do Plano Petros Sistema Petrobras

Existem diversas ações que questionam, em regra, os cálculos e a aplicabilidade de normas regulamentares, dentre as quais destacamos os seguintes grupos:

(Grupo 1) - representa 31% (trinta e um por cento) das provisões - i) assistidos almejam incorporação aos benefícios dos níveis concedidos aos trabalhadores da ativa por meio de acordos coletivos de trabalho, ii) assistidos almejam aplicação do novo Plano de Classificação e Avaliação de Cargos aos assistidos; iii) assistidos almejam a incidência nos benefícios do reajuste aplicado à tabela do RMNR - Remuneração Mínima por Nível e Regime; iv) assistidos almejam o recebimento dos abonos contingenciais, das participações nos lucros e resultados (PLR) e da Gratificação Contingente, também concedidas aos trabalhadores da ativa por meio de acordos coletivos de trabalho;

(Grupo 2) - representa 40% (quarenta por cento) das provisões - i) empregados da Petrobras não inscritos na PETROS (retardatários) ou inscritos na PETROS por força de decisão do Conselho de Administração da Petrobras, que permitiu o ingresso na Fundação (inscrição tardia) e que postulam o pagamento apenas da joia equivalente às contribuições não recolhidas, com base no salário da época e a liberação do segundo teto do salário de participação (INSS);

(Grupo 3) - representa 18% (dezoito por cento) das provisões - i) ações envolvendo assistidos e diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, a inclusão no cálculo da suplementação da parcela intitulada PL-DL-1971, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício e aplicação de regulamentos.

Em 31 de dezembro de 2012, este Plano encerrou esta conta com o montante de R\$ 1.412.787 (R\$ 1.004.894 em 31 de dezembro de 2011), sendo que as garantias, ou seja, os depósitos judiciais classificados no Ativo – Realizável, estão demonstrados na nota 5 (a.4). Desta forma, em 31 de dezembro de 2012 o saldo de provisões deduzido dos depósitos é de R\$ 608.827 (R\$ 4.559 em 31 de dezembro de 2011).

(a.2) Do Plano Petros Copesul

Existem diversas ações judiciais que questionam, em sua maioria, os cálculos e aplicabilidade das normas regulamentares. Entretanto, as ações efetivamente relevantes são aquelas que questionam: (i) a Retirada de Patrocínio do Plano; bem como (ii) aquelas que questionam a validade/legitimidade do Redutor Etário (Limite de Idade) e representam 90% (noventa por cento) do total das provisões.

Não obstante ao Processo de Retirada de Patrocínio, ressaltamos que existem, inclusive, decisões judiciais vigentes determinando a manutenção das contribuições ao Plano de Benefícios.

Em 31 de dezembro de 2012, este plano encerrou esta conta com o montante de R\$ 209.797 (R\$ 136.005 em 31 de dezembro de 2011), sendo que

as garantias, ou seja, os depósitos judiciais classificados no Ativo – Realizável, estão demonstrados na nota 5 (a.4). Desta forma, em 31 de dezembro de 2012 o saldo de provisões deduzido dos depósitos é de R\$ 72.999 (R\$ 19.665 em 31 de dezembro de 2011).

(a.3) Do Plano Petros Ultrafértil

Existem diversas ações judiciais que questionam, em regra, a aplicabilidade das normas regulamentares, dentre as quais destacamos:

(Grupo 1) - representa 42% (quarenta e dois por cento) das provisões - i) almejam a desconsideração do limite/reductor etário previsto no Decreto nº 81.240/78 e no Regulamento do Plano de Benefícios;

(Grupo 2) - representa 32% (trinta e dois por cento) das provisões - (i) envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos;

(Grupo 3) - representa 5% (cinco por cento) das provisões - (i) discutem a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pela Patrocinadora, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição.

Em 31 de dezembro de 2012, este plano encerrou esta conta com o montante de R\$ 41.379 (R\$ 34.867 em 31 de dezembro de 2011), sendo que as garantias, ou seja, os depósitos judiciais classificados no Ativo – Realizável, estão demonstrados na nota 5 (a.4). Desta forma, em 31 de dezembro de 2012 o saldo de provisões deduzido dos depósitos é de R\$ 12.454 (R\$ 7.069 em 31 de dezembro de 2011).

(a.4) Do Plano Petros Lanxess

Existem diversas ações que questionam, em regra, os cálculos e a aplicabilidade de normas regulamentares, todavia, as ações efetivamente relevantes são demonstradas a seguir, por grupo:

(Grupo 1) - representa 44% (quarenta e quatro por cento) das provisões - (i) buscam o recebimento de benefícios no valor equivalente à remuneração atual dos diretores, desconsiderando o teto regulamentar;

(Grupo 2) - representa 22% (vinte e dois por cento) das provisões - (i) envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos; (Grupo 3) - representa 20% (vinte por cento) das provisões - (i) discutem a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pela Patrocinadora, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição.

Em 31 de dezembro de 2012, este plano encerrou esta conta com o montante de R\$ 70.321 (R\$ 68.902 em 31 de dezembro de 2011), sendo que as garantias, ou seja, os depósitos judiciais classificados no Ativo – Realizável, estão demonstrados na nota 5 (a.4). Desta forma, em 31 de dezembro de 2012 o saldo de provisões deduzido dos depósitos é de R\$ 59.560 (R\$ 56.188 em 31 de dezembro de 2011).

(a.5) Do Plano Petros Nitriflex/DSM

Existem poucas ações judiciais que questionam, em sua maioria, a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pela Patrocinadora, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição e representam 78% (setenta e oito por cento) das provisões.

Em 31 de dezembro de 2012, este plano encerrou esta conta com o montante de R\$ 1.853 (R\$ 2.206 em 31 de dezembro de 2011), sendo que as garantias, ou seja, os depósitos judiciais classificados no Ativo – Realizável, estão demonstrados na nota 5 (a.4). Desta forma, em 31 de dezembro de 2012 o saldo de provisões deduzido dos depósitos é de R\$ 1.356 (R\$ 1.788 em 31 de dezembro de 2011).

(a.6) Do Plano Petros Braskem

Apesar da Retirada de Patrocínio, existem diversas ações judiciais que questionam, em regra, os cálculos e aplicabilidade das normas regulamentares, dentre as quais destacamos os seguintes grupos:

(Grupo 1) - representa 70% (setenta por cento) das provisões - i) envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos;

(Grupo 2) - representa 15% (quinze por cento) das provisões - i) questionam a Retirada de Patrocínio do Plano e os valores/critérios dos cálculos dos Fundos de Retirada;

(Grupo 3) - representa 6% (seis por cento) das provisões - i) almejam a desconsideração do limite/reductor etário previsto no Decreto nº 81.240/78 e no Regulamento do Plano de Benefícios.

Em 31 de dezembro de 2012, este plano encerrou esta conta com o montante de R\$ 28.509 (R\$ 27.946 em 31 de dezembro de 2011), sendo que as garantias, ou seja, os depósitos judiciais classificados no Ativo – Realizável, estão demonstrados na nota 5 (a.4). Desta forma, em 31 de dezembro de 2012 o saldo de provisões deduzido dos depósitos é de R\$ 25.830 (R\$ 27.729 em 31 de dezembro de 2011).

(a.7) Do Plano Petros PQU

Existem poucas ações judiciais que questionam, em sua maioria, a devolução da reserva de poupança, o cálculo de suplementação de aposentadoria e de pensão, reflexos ao contrato de trabalho com a Patrocinadora, bem como a própria retirada de patrocínio.

Em 31 de dezembro de 2012, este plano encerrou esta conta com o montante de R\$ 5.076 (R\$ 900 em 31 de dezembro de 2011), sendo que as garantias, ou seja, os depósitos judiciais classificados no Ativo – Realizável estão demonstrados na nota 5 (a.4). Desta forma, em 31 de dezembro de 2012 o saldo de provisões deduzido dos depósitos é de R\$ 5.076 (R\$ 887 em 31 de dezembro de 2011).

(a.8) Outras Ações Judiciais

Destacamos, abaixo, as ações judiciais que tem como objeto o fechamento e a separação de massas do Plano Petros:

Fechamento do Plano Petros

Foram impetrados três Mandados de Segurança (Processo nº 2004.34.00.019429-5 - Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico/Petroleiro do Estado da Bahia; Processo nº 2004.34.00.040386-8 - Impetrante: Sindicato Unificado dos Trabalhadores Petroleiros, Petroquímicos, Químicos e Plásticos dos Estados de Alagoas e Sergipe – SINDPETRO AL/SE; Processo nº 2004.34.00.028239-2 - Impetrante: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Petroquímicas de Triunfo (RS) – SINDIPO-LO), todos em trâmite na Justiça Federal do Distrito Federal.

Referidos mandados almejam, em suma, que eventual fechamento do Plano Petros seja condicionado à aprovação do ato pela autoridade pública; que sejam considerados nulos quaisquer atos e omissões praticadas levando-se em conta o fechamento do plano e que seja mantido aberto a novas adesões o Plano Petros, enquanto não houver o seu regular fechamento.

O acórdão proferido nos autos da apelação nº 2004.34.00.028239-2 concedeu, parcialmente, a segurança pleiteada para o fim de determinar que o ato que estabeleceu o fechamento do Plano Petros somente produza efeitos após a apreciação e, se for o caso, aprovação pelo órgão fiscalizador e o fechamento para novas adesões terá eficácia, *“nos termos em que aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar em 20 de maio de 2006*. Contra o Acórdão foram interpostos Recursos Especiais e Extraordinários.

No processo nº 2004.34.00.019429-5 foi proferida sentença concedendo “a segurança em parte para determinar que o ato de fechamento do plano de previdência privada PETROS tenha efeitos a partir de sua aprovação pelo órgão regulador e fiscalizador.” Contra a sentença foi interposto recurso, o qual foi recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Os autos foram remetidos ao TRF – Tribunal Regional Federal, aguardando julgamento.

No mandado de segurança que tomou o nº 2004.34.00.040386-8, a sentença decretou a decadência do direito de impetração do mandado de segurança e, em consequência, julgou extinto o processo, ensejando a interposição de recurso de apelação pelo Impetrante, que teve negado o seu seguimento, ensejando outro recurso pendente de julgamento.

Destaque-se, ainda, a existência de uma ação CIVIL PÚBLICA nº 0098000-04.2009.5.10.0006, proposta, por SINDIPETRO-RJ e OUTROS, contra PETROBRAS PETRÓLEO BRASILEIRO S.A e FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS, mediante a qual insurgem-se os Autores contra decisão do CONSELHO DELIBERATIVO da PETROS, datada de 09 de agosto de 2002, determinando o fechamento a novas adesões ao plano de previdência complementar antes oferecido aos empregados da PETROBRAS PETRÓLEO BRASILEIRO S.A, bem como aos funcionários das demais Empresas PATROCINADORAS do Fundo. O juiz da 6ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, julgou o processo extinto sem resolução do mérito.

O Sindicato, inconformado com a decisão, interpôs recurso ordinário, que foi provido para determinar a remessa dos autos à Vara de origem, no intuito de que haja novo julgamento.

Destaque-se, ainda, a existência de uma ação ordinária movida por JOSÉ CONRADO DE SOUZA contra Petrobras e PETROS, em trâmite na 2ª Vara Cível de Macaé/RJ (processo nº 0010254-31.2009.8.19.0028), que tem como objetivo, em síntese, a reabertura do Plano Petros original e o fechamento do Plano Petros 2, e alternativamente o pagamento de indenização ao Autor equivalente ao valor correspondente a 3 (três) vezes sua reserva matemática atualizada. O Juiz da 2ª Vara Cível de Macaé julgou extinto o pedido do autor de reabertura do Plano Petros original, por entender que “Não pode o autor isoladamente pleitear o fechamento do plano PETROS 2 e abertura do primeiro plano sem que interfira na esfera patrimonial de todos

os participantes. O direito em tela é coletivo". O pedido de fechamento do Plano Petros 2 já havia sido julgado extinto, por ocasião do saneamento do feito. E quanto aos pedidos alternativos de recebimento de indenização por dano material e moral também foram julgados improcedentes, tendo em vista que o juiz entendeu que o autor não sofreu qualquer dano, pois o seu benefício previdenciário tem sido pago regularmente, não havendo sequer ameaça concreta de que haverá, no futuro, inadimplência por parte da PETROS. O autor não interpôs recurso contra a sentença. A decisão favorável, portanto, transitou em julgado em 07/2012.

Separação de Massas do Plano Petros

Em 28 de maio de 2004, o Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (SINDPETRO LP) impetrou Mandado de Segurança contra o Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, tendo como litisconsortes passivos Braskem, Copesul, DSM, Nitriflex, Petroflex, Petrobras, Petroquímica União, PETROS, Triken e Ultrafértil, almejando liminarmente a concessão de liminar para determinar a suspensão dos efeitos do Ofício nº 2.086/DEPAT/SPC, de 18 de dezembro de 2003, que aprovou o processo de "Separação de Massas" do Plano Petros e, no mérito, que:

- i)** seja declarada e decretada a nulidade do Ofício nº 2.086/DEPAT/SPC, de 18 de dezembro de 2003, da Secretaria de Previdência Complementar, que aprovou a "Separação de Massas" do Plano Petros;
- ii)** sejam declarados e decretados nulos os termos do "Acordo Entre Patrocinadores do Plano Petros, Administrado pela Fundação Petrobrás de Seguridade Social", relativo à "Separação de Massas", firmado pelas patrocinadoras da Fundação PETROS em 29 de agosto de 2002;
- iii)** seja determinado o restabelecimento ao "status quo" ante a celebração do acordo referido no item anterior;
- iv)** seja declarada a plena vigência do Convênio de Adesão firmado pelas patrocinadoras em 16 de maio de 1980, inclusive suas sucessoras; e
- v)** sejam restabelecidos os ditames do Plano Petros na inteireza de seu Regulamento original.

O processo tomou o nº 2004.34.00.018094-8 e tramita na 16ª Vara Federal do Distrito Federal.

Em 18 de julho de 2006, foi publicada a sentença que julgou procedente o pedido do sindicato, concedendo a segurança, cassando-se a autorização veiculada por meio do Ofício nº 2.086/DEPAT/SPC, de 18 de dezembro de 2003, bem como determinando a desconstituição das operações patrimoniais dela decorrentes.

Contra a sentença, PETROS, Petrobras, Braskem, Copesul, DSM, Nitriflex, Petroflex, Petroquímica União, Triken, Ultrafértil e a União apresentaram apelações que foram recebidas, inicialmente, somente no efeito devolutivo.

Todavia, em decisão proferida no Agravo de Instrumento interposto pela PETROS, foi concedido **efeito suspensivo** às apelações, que aguardam pauta para julgamento.

Existem duas ações pelo procedimento ordinário, que têm o mesmo objeto do mandado de segurança: a primeira, proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica de Duque de Caxias – SINDIQUIMICA (2004.34.00.028045-7), e a segunda, ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Petroquímicas de Triunfo (RS) – SINDIPOLO (2004.34.00.028044-3), ambas em trâmite na 16ª Vara Federal do Distrito Federal. A primeira ação foi julgada improcedente, tendo sido interposto recurso pelo Sindicato-Autor, ainda não apreciado. A segunda ação foi julgada improcedente e extinta sem resolução do mérito em relação à União Federal, tendo o Juízo declinado à competência para uma das

Varas da Justiça Comum do Rio de Janeiro, o que ensejou a interposição de recurso, o qual determinou a inclusão da União no feito, devendo ser intimada para apresentar contra razões. Em síntese, ambas as ações estão em fase recursal.

(b) Gestão administrativa

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, no valor de R\$ 179.323 (R\$ 187.401 em 31 de dezembro de 2011), refere-se à contingência de reclamações trabalhistas, parcelas a título de remuneração (b.1) e salários indiretos.

(b.1) Ação Ordinária Opportunity Asset Management

O Opportunity Asset Management (OAM) moveu contra a PETROS Ação Ordinária que tem como objeto:

- (i)** o reconhecimento de parcelas devidas a título de remuneração. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu, em segunda instância, a condenação da PETROS ao pagamento das parcelas devidas a título de remuneração ao OAM, com liquidação e depósito pela PETROS em 07 de outubro de 2011, no montante de R\$ 167.967;
- (ii)** lucros cessantes referentes ao contrato de prestação de serviços denominado "Acordo Operacional". Encontra-se pendente a decisão pelo Superior Tribunal de Justiça, tendo a PETROS ganho em primeira e segunda instâncias. Possível oferecimento de recurso decorrerá de julgamento a ser proferido no Recurso Especial interposto pelo OAM, cuja apuração da materialidade dependerá obrigatoriamente de perícia judicial em eventual reforma das decisões favoráveis à Fundação.

(b.2) Outras Ações Judiciais – PIS/COFINS (Processo Administrativo nº 16682.720572/2012-69)

O processo administrativo nº 16682.720572/2012-69, apesar de sua classificação ser possível de perda, não tendo o seu valor registrado contabilmente, está em trâmite na Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro e decorre de autos de infração, lavrados em 30 de julho de 2012, para exigir PIS/COFINS incidentes sobre receitas decorrentes da prestação de serviços da administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Os autos foram lavrados por ter a fiscalização entendido que, parte de suas receitas seria decorrente da prestação de serviços de administração e execução dos referidos planos; assim, tais receitas estariam sujeitas ao PIS e a COFINS a despeito da existência da decisão transitada em julgado nos autos da ação declaratória nº 2007.51.01.002.198-3, na qual foi determinado que as referidas contribuições somente poderiam incidir sobre as receitas que decorressem da venda de mercadorias ou serviços, nos termos da LC nº 70/91 (COFINS) e da Lei nº 9.715/98 (PIS).

No momento a impugnação oferecida pela Petros está pendente de julgamento.

9 – Provisões matemáticas

As Provisões Matemáticas consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estão apresentadas na tabela a seguir:

Provisões Matemáticas	31/12/12	31/12/11
Benefícios Concedidos	29.913.058	27.255.978
Contribuição Definida	151.235	152.542
Saldo de contas dos Assistidos	151.235	152.542
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	29.761.823	27.103.436
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	23.817.948	22.019.102
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	5.943.875	5.084.334
Benefícios a Conceder	35.811.158	30.690.082
Contribuição Definida	4.948.691	3.304.449
Saldo de contas - Parcela Partrocinado(es)/Instituidor(es)	2.868.239	2.040.883
Saldo de contas - Parcela Participantes	2.080.452	1.263.566
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	29.940.337	26.662.522
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	34.696.022	31.392.740
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(3.726.186)	(3.575.137)
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(1.029.499)	(1.155.081)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	922.130	723.111
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados	1.255.996	976.558
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(215.900)	(164.235)
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(117.966)	(89.212)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(22.340)	(1.700)
(-) Serviço Passado	(13.969)	(1.700)
(-) Patrocinador(es)	(13.969)	(1.700)
(-) Déficit Equacionado	(8.371)	-
Total	65.701.876	57.944.360

10 – Equilíbrio técnico e fundos

(a) – Equilíbrio Técnico

O Equilíbrio Técnico Consolidado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está apresentado na tabela abaixo:

	Equilíbrio Técnico	
Saldo em 31 de dezembro de 2010		3.878.180
Superávit do Exercício 2011		127.990
Resultados a Realizar do Período		4.150
Saldo em 31 de dezembro de 2011		4.010.320
Déficit do Exercício 2012		(742.053)
Resultados a Realizar do Período		13.606
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (a.1)		3.281.873

	31/12/12	31/12/11
Resultados Realizados	2.782.685	3.524.738
Resultados a Realizar	499.188	485.582
	3.281.873	4.010.320

(a.1) Na composição deste resultado, destacam-se os valores da conta resultados a realizar (ver nota explicativa 5 (a.3)). A posição segregada, por plano de benefícios está demonstrada na Nota explicativa 11.

(b) Recomposição do Equilíbrio Técnico

Em decorrência dos ajustes realizados nos Termos de Compromisso Financeiro (Pré-70 e Diferença de Pensão), conforme já explicado na Nota 5 (a.1), segue a recomposição do Equilíbrio Técnico Consolidado:

Ano	Consolidado dos Termos de Compromisso Pré-70 / Dif. Pensões / FAT/FC			Equilíbrio Técnico		
	Saldo Contábil	Saldo Ajustado	Variação	Saldo Contábil	Diferença	Saldo Ajustado
2008	4.324.187	-	-	712.896	-	-
2009	4.304.990	5.070.334	765.344	1.825.149	765.344	2.590.493
2010	4.788.366	5.360.563	(193.146)	3.878.180	(193.146)	3.685.034
2011	5.076.150	5.824.276	175.928	4.010.320	175.928	4.186.247
2012	5.706.386	-	-	3.281.873	-	-
			748.125		748.125	

(c) Evolução dos Fundos

A tabela abaixo apresenta a evolução dos Fundos – Previdencial, Administrativo e de Investimentos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Fundos	Previdencial	Administrativo	Investimento	Consolidado
Saldos em 31/12/2011	303.843	1.064.346	57.128	1.425.317
Constituição / (Reversão)	144.706	15.526 (*)	14.331	174.563
Saldos em 31/12/2012	448.549	1.079.872	71.459	1.599.880

(*) Inclui R\$ 6.204 referente ao Fundo Administrativo decorrente da transferência de gestão do Plano TAPMEPrev.

(c.1) Fundos Previdenciais

Os fundos de natureza previdencial totalizaram em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 448.549 (R\$ 303.843 em 31 de dezembro de 2011), conforme a tabela abaixo:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	7.074	6.607
Fundo de Oscilação de Risco	4.588	1.078
Fundo de Risco	391.811	270.729
Fundo Especial	7.856	5.525
Fundo de Portalidade e Resgate	829	600
Fundo de Serviço Passado	15.361	11.982
Fundo Benefícios de Risco a Conceder	2.384	2.452
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-	4.870
Outros - Resolução 26	18.646	-
Total de Fundos Previdenciais	448.549	303.843

(c.2) Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo totalizava, em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 1.079.872 (R\$ 1.064.346 em 31 de dezembro de 2011), conforme apresentado na tabela abaixo:

Fundo Administrativo: saldo e fluxos de constituição e reversão

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Saldo do início do período – dez/2011	1.064.346	1.175.298
Resultado dos Investimentos Administrativos	75.544	126.569 (*)
Pessoal e Encargos	(93.753)	(90.854)
Serviços de Terceiros	(52.653)	(41.813)
Outras Despesas Administrativas	(35.885)	(30.413)
Constituição/(Reversão) de Contingência Adm.	3.296	(180.477)
Custeio (Taxa de Carregamento, Taxa Adm. Empréstimos)	105.286	83.559
Reversão de Recursos para Plano de Benefícios	(7.827)	-
Outras Receitas (1)	15.315	22.477 (*)
Outras Despesas	(1)	-
Constituição/(Reversão) do Fundo no ano	9.322	(110.952)
Operações Transitórias (2)	6.204	-
Saldo final do Fundo Administrativo	1.079.872	1.064.346

(*) Valor reclassificado para fins de comparabilidade.

(1) Refere-se, basicamente, ao resultado positivo da reavaliação imobiliária do Edifício Sede Petros de R\$ 14.386, em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 22.097 em 31 de dezembro de 2011);

(2) As Operações Transitórias, referem-se ao Fundo Administrativo do Plano TAPMEPrev decorrente do processo de transferência deste Plano.

Segue abaixo a composição da participação dos planos no Fundo Administrativo:

Plano	31/12/2012
Plano Petros do Sistema Petrobras	1.043.047
Plano PETROS 2	31.350
TAPMEPrev	5.475
Total	1.079.872

A Petros vem realizando uma série de estudos e simulações no sentido de sanar os desequilíbrios financeiros, com o objetivo de equacionar a situação dos planos que encontram-se com déficits em seus custos administrativos, exceto os citados no quadro acima, adotando medidas para resolução do assunto, conforme explicitado na Nota 4, item d.

Ressaltamos que estes déficits de custos administrativos podem ocasionar desequilíbrios nos planos de benefícios, em decorrência da utilização de recursos previdenciários para sua cobertura, o que, eventualmente, pode inviabilizar a continuidade de suas operações.

(c.3) Fundo dos Investimentos

A PETROS constitui mensalmente o Fundo de Quitação Por Morte e Fundo de Cobertura de Inadimplência, conforme as características de cada Plano de Benefícios que possuem esta modalidade.

O Plano Misto Sanasa possui Fundo Garantidor, que pratica 0,5% a.a sobre o saldo devedor. Os demais planos possuem Fundo Garantidor de Crédito, sendo praticado 1,63% a.a. (1,38% a.a destinado à quitação por ocasião do falecimento e 0,25% para cobertura de inadimplência), cobrado mensalmente na prestação.

O saldo em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$ 71.459 (R\$ 57.128 em 31 de dezembro de 2011), conforme demonstrado abaixo:

Planos	31/12/2012	31/12/2011
Plano Petros do Sistema Petrobras	64.885	52.857
Plano Petros Braskem	70	70
Plano Petros Nitriflex/DSM	83	92
Plano Petros Lanxess	468	321
Plano Petros PQU	431	366
Plano Petros Ultrafertil	984	751
Plano Petros Copesul	1.093	993
Plano Misto Sanasa	6	3
Plano FIEPEprev	1	-
Plano Petros 2	3.113	1.369
Plano ANAPARprev	324	306
Plano PTAPrev	1	-
Total	71.459	57.128

11 – Situação patrimonial dos planos de benefícios

Plano Petros Copesul

A insuficiência patrimonial relativa ao Plano Petros Copesul, que se encontra em fase de retirada de patrocínio, será tratada em conformidade com a Resolução MPAS/CPC nº 06/1988, que dispõe sobre os procedimentos relativos à retirada de patrocinadora de EFPC. Esta insuficiência está sendo registrada na rubrica contábil Realizável – Gestão Previdencial – Outros Recursos (R\$ 294.107 em 31 de dezembro de 2012).

Com a homologação do processo de retirada de patrocínio do Plano Petros Copesul, a partir de outubro de 2012, os valores dos compromissos passaram a ser registrados no Exigível Operacional.

Plano Petros PQU

O excedente relativo ao Plano Petros PQU, que se encontra em fase de retirada de patrocínio, será tratado em conformidade com a Resolução MPAS/CPC nº 06/1988, que dispõe sobre os procedimentos relativos à retirada de patrocinadora de EFPC. Este excedente está sendo registrado na rubrica contábil Exigível Operacional – Gestão Previdencial – Outras Exigibilidades (R\$ 254.804 em 31 de dezembro de 2012).

Com a homologação do processo de retirada de patrocínio do Plano Petros PQU, a partir de agosto de 2012, os valores dos compromissos passaram a ser registrados no Exigível Operacional.

Plano Petros Nitriflex/DSM

Em 31 de março de 2012, o valor que seria registrado a título de Reserva Especial no Plano Petros Nitriflex/DSM foi transferido para a conta de Fundos Previdenciais, em razão da continuidade do processo de destinação de resultado à luz da Resolução CGPC nº 26/2008.

Nos meses de maio, junho e julho foram transferidos recursos do Fundo Previdencial para a Reserva de Contingência com a finalidade de recompor o seu valor ao nível de 25% das Reservas Matemáticas.

Em 31 de agosto de 2012, foi constituída a Reserva Especial com os recursos superavitários que excederam a Reserva de Contingência.

Com base nos resultados da avaliação atuarial do exercício de 2012, que contemplou a reavaliação do Fundo Previdencial, ficou mantida a destinação do superávit do Plano.

Plano Triunfo Vida

Com a homologação do processo de retirada de patrocínio do Plano Triunfo Vida, a partir de agosto de 2012, os valores relativos à retirada de patrocínio passaram a ser registrados no Exigível Operacional.

Plano PQU Previdência

Com a homologação do processo de retirada de patrocínio do Plano PQU Previdência, a partir de setembro de 2012, os valores relativos à retirada de patrocínio passaram a ser registrados no Exigível Operacional.

A tabela a seguir apresenta as principais informações dos planos de benefícios administrados pela PETROS:

Planos	Ativo Líquido		Provisões Matemáticas		Equilíbrio Técnico		Resultados a Realizar		Fundos Previdenciais		Fundos não Previdenciais	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Benefício Definido												
Plano Petros do Sistema Petrobras	60.826.581	53.941.338	58.234.657	50.897.278	3.006.046	3.452.325	414.122	408.265	-	-	1.107.932	52.857
Plano Petros PQU	-	1.151.729	-	849.510	24.348	324.098	24.348	21.879	-	-	431	366
Plano Petros Braskem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70	70
Plano Petros Ultrafertil	996.326	998.647	992.322	886.408	25.000	131.321	20.996	19.082	-	-	984	751
Plano Petros Copesul	-	571.973	-	745.367	11.987	(161.924)	11.987	11.470	-	-	1.093	993
Plano Petros Lanxess	1.119.999	1.103.550	968.979	915.931	175.162	209.271	24.142	21.652	-	-	468	321
Plano Petros Nitriflex/DSM	171.490	168.770	122.274	121.411	34.162	50.593	3.593	3.234	18.647	-	83	92
Contribuição Definida / Variável												
Planos Patrocinados												
Plano Repsol YPF	21.295	20.744	19.484	19.067	-	-	-	-	1.811	1.677	-	-
Plano Cachoeira Dourada	5.869	4.990	5.506	4.661	-	-	-	-	363	329	-	-
Plano Concepa	401	363	226	195	-	-	-	-	175	168	-	-
Plano DBA	16.025	14.437	8.139	7.293	4.732	4.270	-	-	3.154	2.874	-	-
Plano Transpetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Triunfo Vida	-	16.708	-	15.317	-	-	-	-	-	1.391	-	-
Plano ALESAT	8.796	6.912	8.748	6.637	-	-	-	-	48	275	-	-
Plano IBP	8.690	4.916	8.683	4.909	-	-	-	-	7	7	-	-
Plano PQU Previdência	-	13.915	-	9.946	-	-	-	-	-	3.969	-	-
Plano Copesulprev	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Misto Sanasa	86.861	69.845	69.627	55.638	-	-	-	-	17.234	14.207	6	3
Plano Manguinhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Termoprev	621	561	621	561	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano FIEPEprev	21.725	16.232	21.483	16.013	32	90	-	-	210	129	1	-
PLANO PETROS 2	4.849.967	3.207.495	4.444.883	2.929.563	-	-	-	-	405.084	277.932	34.463	1.369
Plano TBG	-	10.926	-	10.859	-	-	-	-	-	67	-	-
Plano PTAPrev	7.915	5.529	7.853	5.501	-	-	-	-	62	28	1	-
Plano PrevFIEPA	7.053	4.441	6.880	4.325	137	92	-	-	36	24	-	-
PLANO PREVFIEA	3.770	2.023	3.481	1.830	267	184	-	-	22	9	-	-
Plano GasPrev	9.430	4.903	9.349	4.876	-	-	-	-	81	27	-	-
Plano PETRO_RG	3.659	2.613	3.628	2.595	-	-	-	-	31	18	-	-
Plano Liquigás	21.756	11.389	21.654	11.370	-	-	-	-	102	19	-	-
Plano Sulgasprev	2.939	1.426	2.428	1.199	-	-	-	-	511	227	-	-
Plano TAPMEprev	241.860	-	241.693	-	-	-	-	-	167	-	5.475	-
Planos Instituídos												
Plano Simeprev	9.601	5.367	9.601	5.367	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano IBA	9.411	7.021	9.411	7.021	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Culturaprev	4.899	4.000	4.899	4.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano SinMed/RJ	1.559	1.196	1.559	1.196	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano CROprev	10.747	7.787	10.747	7.787	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano CRAprev	3.480	2.799	3.480	2.799	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano ADUANAPrev	3.468	2.843	3.468	2.843	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano ANAPARprev	170.218	160.588	170.218	160.588	-	-	-	-	-	-	324	306
Plano FENAJprev	1.092	780	1.092	780	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Previttel	286	224	286	224	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano UNIMED-BH	252.031	201.876	251.227	201.410	-	-	-	-	804	466	-	-
Plano Cooperado	29.568	20.109	29.568	20.109	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano PreviContas	1.491	832	1.491	832	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano PREV-ESTAT	171	93	171	93	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano CRCprev	257	123	257	123	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano PREVItália	275	158	275	158	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Prevtran	1.520	767	1.520	767	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Esporteprev	8	3	8	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Consolidado	68.933.110	61.772.941	65.701.876	57.944.360	3.281.873	4.010.320	499.188	485.582	448.549	303.843	1.151.331	57.128

(*)Planos em Retirada de Patrocínio – Petros PQU, Petros Braskem, Petros Copesul, Transpetro, Triunfo Vida, PQU Previdência, Copesulprev, Manguinhos e TBG.

12 – Fato relevante

(a) Ação judicial sobre expurgos inflacionários – obrigações do fundo nacional de desenvolvimento – OFND

A PETROS, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do Decreto-Lei nº 2.288, de 24 de julho de 1986, Art. 7º, adquiriu Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN – Obrigação do Tesouro Nacional.

A ABRAPP, representando os Fundos de Pensão, ajuizou a União Federal requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários decorrentes da OFNDs (Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento) ocorridos entre abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ação objetivou o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, propondo a adoção do IPC, em vez do BTN, durante o período citado.

A ação foi julgada procedente, tendo ocorrido o trânsito em julgado do mérito em 28 de setembro de 2008, estando o processo, entretanto, ainda em fase de execução. Em 27 de dezembro de 2010, o referido processo judicial transitou em julgado a favor da ABRAPP (conseqüentemente a favor dos Fundos de Pensão).

Em 28 de junho de 2011, foi apresentado ao Juiz Federal da 23ª Vara Federal, a memória de cálculo discriminada e atualizada referente ao débito principal, cujo montante da PETROS está estimado em R\$ 806.652.

Em 05 de setembro de 2011, foi encaminhado Ofício nº 3360/2011/PF/PREVIC 107.30/2010 – AGU/PRU 4ª Região – 1º Grau à PRF – 2ª Região, visando ao refazimento dos cálculos relativos à atualização das OFNDs.

Em 17 de janeiro de 2012, a PREVIC emitiu o Ofício nº 150/2012/CGMC/DIACE/PREVIC que determinou, em caráter prudencial, a reversão dos valores contabilizados.

Podendo haver impugnação deste valor por meio de embargos à execução, a PETROS até o presente momento, decidiu por não registrar contabilmente os valores decorrentes desta ação, até que se tenha um posicionamento líquido e certo.

Em 18 de maio de 2012, o Juiz Federal chamou o feito à ordem e determinou a suspensão da execução até o julgamento final da Ação Rescisória, bem como determinou que fosse dada baixa na distribuição da execução, por entender que a execução do julgado deve ser requerida pelos substituídos processuais em ação própria.

Contra essa decisão, a ABRAPP interpôs o recurso de Agravo de Instrumento que por unanimidade a 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal – TRF, deu provimento ao recurso.

Tendo em vista a publicação do referido acórdão proferido pelo E. Tribunal Regional Federal, em 21 de setembro de 2012, a ABRAPP peticionou informando os termos do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal e requerendo o prosseguimento do feito e, conseqüentemente, a intimação da ABRAPP para apresentação de impugnação aos embargos à execução apresentados pela União Federal.

A Juíza proferiu despacho no sentido que seja aguardado o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo Tribunal.

No momento aguarda-se a prolação de nova decisão do Juízo da 23ª Vara Federal. Tendo em vista a publicação do referido acórdão proferido pelo E. Tribunal Regional Federal, em 21 de setembro de 2012, a ABRAPP peticionou informando os termos do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal e requerendo o prosseguimento do feito e, conseqüentemente, a intimação da ABRAPP para apresentação de impugnação aos embargos à execução apresentados pela União Federal.



Luís Carlos Fernandes Afonso

Presidente

CPF: 035.541.738-35



Carlos Fernando Costa

Diretor

CPF: 069.034.738-31



Maurício França Rubem

Diretor

CPF: 449.205.717-04



Newton Carneiro Da Cunha

Diretor

CPF: 801.393.298-20



Renata Moreira Ferretti

Contadora

CRC-RJ-082.648/O-7

CPF 012.068.957-05

Reunião do Conselho Fiscal

(Ata CF 434, item 1, de 8/abril/2013)

Demonstrações Contábeis

Na reunião realizada na data de 8 de abril de 2013, o Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório das Demonstrações Contábeis da Petros auditadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e, utilizando o voto de qualidade do Presidente, aprovou o Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre a Gestão e as Demonstrações Contábeis da Petros do Exercício de 2012.

Reunião do Conselho Deliberativo

(Ata CD 474, item 3, de 10/abril/2013)

Demonstrações Contábeis

Na reunião realizada na data de 10 de abril de 2013, o Conselho Deliberativo aprovou, por maioria, as Demonstrações Contábeis da Petros e as contas da Diretoria Executiva relativas ao exercício de 2012, em conformidade com o inciso XVIII do artigo 26 do Estatuto Social da Petros.

Diretoria Executiva

Presidente

Luís Carlos Fernandes Afonso

Diretores

Carlos Fernando Costa

Maurício França Rubem

Newton Carneiro da Cunha

Secretário-Geral

Wagner Luiz Constantino de Lima

Conselho Deliberativo

Titulares

Diego Hernandes (presidente)

Jorge José Nahas Neto

Nilton Antonio de Almeida Maia

Paulo César Chamadoiro Martin

Paulo Teixeira Brandão

Ronaldo Tedesco Vilardo

Suplentes

Agnelson Camilo da Silva

Alexandre Aparecido Barros

Claudia Padilha de Araújo Gomes

Danilo Ferreira da Silva

Eurico Dias Rodrigues

Fernando Leite Siqueira

Conselho Fiscal

Titulares

Silvio Sinedino Pinheiro (presidente)

Bruno Passos da Silva Melo

Epaminondas de Souza Mendes

José Elias da Silva

Suplentes

Denise Frazão Ginzo

Emidio Rebelo Filho

Oscar Ângelo Scottá

Walber Monteiro de Almeida

Confira em seu CD o detalhamento dos seguintes conteúdos:

Caderno Principal

Apresentação
Mensagem aos participantes
Uma estratégia que dá resultados
O fortalecimento institucional e a nova estrutura da Petros
Relacionamento mais próximo com o participante
Perfil dos participantes
Resultados da Petros em 2012

Balço Social

Demonstrativo de Investimento por Plano

Plano de Gestão Administrativa - PGA

Planos de Benefício Definido

Planos de Contribuição Variável

Planos de Contribuição Definida

Planos Instituídos

Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros

Rua do Ouvidor, 98 - Centro - CEP 20040-030 - Rio de Janeiro - RJ

T.: 21 2506-0335

www.petros.com.br | petros@petros.com.br

